

Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” - UNESP

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC

Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo

Manuela Garcia Gomes de Moraes

Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA): A
construção do Complexo do Rio Madeira e seus Impactos Socioambientais

Bauru

2011

Manuela Garcia Gomes de Moraes

Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA): A
construção do Complexo do Rio Madeira e seus Impactos Socioambientais

Projeto Experimental apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Orientador Prof. Luiz Fernando da Silva.

Bauru

2011

Manuela Garcia Gomes de Moraes

Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA): A
construção do Complexo do Rio Madeira e seus Impactos Socioambientais

Projeto Experimental apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Orientador Prof. Luiz Fernando da Silva.

Aprovado em ____ de _____ de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Barros Della Santa – CeCa/UEL/Londrina

Prof. Dr. Juarez Xavier – FAAC/Unesp Bauru

Prof. Dr. Luiz Fernando da Silva – FAAC/Unesp Bauru

*Aos meus pais, Walter e Eliana, que não puderam ver
a realização do sonho de minha formação.*

*À Marina e José Daniel, por quem luto por um mundo
melhor.*

*Àqueles que perderam suas vidas na construção do
Complexo Madeira.*

Agradecimentos

Agradeço à minha irmã Gabriela, que sempre me incentivou a lutar pelo que acredito.

Ao querido Nora, sempre presente nas horas difíceis.

Aos meus tios Erasmo e Odila, pela força nos estudos.

Aos amigos e companheiros Leonilda, Ricardo, Jonas, Bia, Rogério Offerni, Luciana Biondo, Fernanda Rodrigues, Diego Cruz, Luana Viera, Ana Paula Rodrigues, Mirian Midori, Eliano, Diego Villa Nova, Janaína Zaffani, Rafael Saiani, Ana Paula Machado, Renata Tedeschi, e a todos que contribuíram para a concretização deste trabalho.

À Luiz Fernando da Silva, meu orientador.

Aos membros do MAB.

*“Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar,
é a consciência do mundo, obtida através do lugar”*

Milton Santos

SUMÁRIO

Introdução	5
Objetivos, Justificativa e Procedimento Metodológico	6
1. O Jornalismo Investigativo e a Reportagem Assistida Por Computador (RAC)	11
2. Dez anos de IIRSA	17
2.1. Os Caminhos da IIRSA	27
3. Corredor Porto Velho–Madeira–Guayaramerín	31
3.1. O Rio Madeira	33
4. O Complexo do Rio Madeira	35
5. A questão das barragens	42
6. Os impactos das usinas de Jirau e Santo Antônio	45
7. Considerações Finais	51
8. Detalhamento da reportagem	53
Referências	55
Anexos	58

INTRODUÇÃO

A construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, composto pelas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, teve início na cidade de Porto Velho (RO) em 2008. Conhecido como Complexo do Rio Madeira, o projeto faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), e é a obra mais cara atualmente em construção no Brasil. O investimento nas usinas será de R\$ 28 bilhões, sendo R\$16 bilhões em Santo Antônio e R\$13,1 bilhões em Jirau. Deste montante, R\$13,3 bilhões serão pagos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 1,5 bilhão pelo Fundo de Investimento do FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço), R\$ 503 milhões pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e o restante por investidores privados.

O Complexo do rio Madeira cumprirá a função de geração de energia elétrica e escoamento de mercadorias, por meio do corredor fluvial Madeira-Madre de Dios-Beni, que ligará a região Norte do Brasil à Bolívia, e ao oceano Pacífico por meio da integração com o corredor fluvial Porto Velho-Puerto del Pacífico¹. Segundo os idealizadores do projeto, a função do Complexo Madeira será a de trazer dinamismo e desenvolvimento econômico à região, transformando-a em um importante polo de geração de energia e escoamento de mercadorias. Por isso, esta é uma das principais obras da IIRSA na região amazônica. A energia produzida no Complexo será transmitida pelo Sistema Nacional de Integração Energética para Rio Branco (AC), Cuiabá (MT), Rio Verde (GO) e Araraquara (SP).

A proposta da IIRSA foi apresentada no ano de 2000, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a I Cúpula dos Presidentes da América do Sul, em Brasília. O plano de integração parte de um estudo das relações entre infraestrutura e comércio internacional e da localização de riquezas naturais da região, e desenvolve uma estratégia para seu melhor aproveitamento por meio da ampliação da rede de transportes e consequente integração entre países e continentes.

A IIRSA surge no mesmo contexto de negociações em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e dos Tratados de Livre Comércio (TLC) firmados

¹ Ver mapa 2.

entre os Estados Unidos e os países da América Latina. O plano de integração é composto pelos 12 países da região e prevê a construção rodovias, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias, gasodutos e usinas hidrelétricas. A Iniciativa de Integração é implementada na região desde 2001 com financiamento de Instituições Financeiras Multilaterais (IFM) como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata) e pelo BNDES, além de investimentos privados.

O Brasil é peça central na implementação da IIRSA. Politicamente, o país assumiu um papel de liderança na condução do projeto e em seu financiamento, por meio do BNDES. Dentre os 534 projetos da IIRSA, 89 serão construídos no Brasil². Destes, 70 já possuem orçamento inicial definido, soma que chega a R\$ 41,2 bilhões (US\$ 65,930 bilhões)³, os outros 17 ainda não tiveram o orçamento calculado⁴. Os defensores da IIRSA justificam o projeto com o argumento de que ele é necessário para os povos sul-americanos e que contribuirá para a melhoria da qualidade de vida destas populações. Apesar disso, o que se percebe é que a infraestrutura pretendida não terá a função de atender aos interesses e necessidades das populações locais, mas sim ao desenvolvimento do capital, sobretudo transnacional.

Objetivos, Justificativa e Procedimento Metodológico

Este trabalho é resultado de uma investigação jornalística sobre o Complexo do Rio Madeira que se insere no quadro da IIRSA. Com os resultados dessa investigação objetivou-se também a produção de uma grande reportagem a ser publicada no jornal impresso Opinião Socialista, de circulação nacional. A preocupação central ao longo da investigação foi trazer informações que dessem ao público leitor um quadro sobre as mudanças que a região amazônica sofrerá a partir da construção do Complexo Madeira.

Durante a realização desta investigação jornalística, ocorrida entre março e novembro de 2011, procuramos verificar a perspectiva histórica do Complexo e as dimensões estruturais que o constituem. Sendo assim, buscamos a historicidade dos fatos referentes ao projeto, suas contradições, antagonismos e os choques entre os

² Ver tabela completa das obras da IIRSA no Brasil no anexo 3.

³ Conversão feita considerando a taxa do dólar a R\$1,60, conforme estabelecido pela IIRSA.

⁴ Dados sobre a IIRSA na tabela. Anexo 3.

diversos setores envolvidos, verificando os desdobramentos sociais, econômicos, culturais e ambientais das obras.

Nesta perspectiva, procuramos verificar quais são as consequências da implantação do empreendimento para a região, considerando sua população e meio ambiente. Verificou-se também os aspectos ideológicos relacionados ao projeto, ou seja, quais são os argumentos usados para justificar e para negar a instalação das usinas. Por fim, buscamos entender como a construção das usinas e da hidrovía afetará o modo de desenvolvimento da região, verificando que tipos de negócios estes empreendimentos devem atrair a partir da geração de energia e de novas rotas para escoamento de mercadorias. Acompanhou-nos também como objetivo a necessidade de uma reflexão sobre as potencialidades do jornalismo investigativo em sua articulação com as técnicas da Reportagem Assistida por Computador (RAC).

A partir do presente estudo foi possível compreender que o Complexo Madeira é um projeto de abrangência internacional, que não se limita à geração de energia para a região Amazônia, uma das principais justificativas do governo para o projeto. O estudo contribuiu para entender o quadro geral em que o Complexo está inserido junto a outros projetos em andamento no continente, e permitiu verificar as consequências imediatas e possibilidades futuras de sua implementação. Além disso, o levantamento dos projetos previstos pela IIRSA e a verificação da rede de interesses empresariais que ela envolve possibilitou vislumbrar as futuras possibilidades de desenvolvimento econômico dos países América Latina, e suas consequências para populações e meio ambiente.

Uma segunda dimensão desta pesquisa, a jornalística, contribuiu para o desenvolvimento e aprimoramento da prática investigativa e das técnicas de apuração feitas pela internet. O processo de apuração jornalística foi feito no sentido de entender o fato enquanto processo, resgatando sua historicidade, desmistificando-o e desnaturalizando-o, com vistas à produção de um jornalismo que busque esclarecer o público.

Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa foi a questão da atualização dos dados referentes à IIRSA e ao Complexo Madeira, uma vez que são projetos em processo de implementação. A atualização do principal site utilizado, o *www.iirsa.org*, não é diária, e muitos dados não chegam a ser lançados em seu banco de dados, o que exigiu o cruzamento de informações com documentos presentes em sites do governo. Além disso, a pesquisa no banco de dados eletrônico da IIRSA nem sempre oferece resultados confiáveis, dependendo da combinação de fatores utilizada.

Outra dificuldade foi o contato com as fontes. Uma vez que este estudo não contou com nenhuma forma de financiamento, o que tornou uma viagem a campo inviável, todas as entrevistas foram realizadas por e-mail, o que impôs muitas limitações. Os representantes de órgãos públicos não responderam às mensagens e as populações diretamente atingidas pelas obras, como as comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, não possuem acesso à internet. Sendo assim, a solução encontrada foi o contato com entidades de representação, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, e com organizações não governamentais que atuam na região. Mesmo assim, o contato foi demorado e limitado.

Na escolha do tema para meu trabalho de conclusão de curso levei em consideração duas preocupações. A primeira delas vem desde a iniciação científica e está relacionada à necessidade de compreender o processo de desenvolvimento de grandes empreendimentos em infraestrutura que está em curso na América Latina por meio da IIRSA e como eles podem alterar, ou reafirmar, a dinâmica econômica do subcontinente. Durante o estudo da IIRSA, em março de 2011, ocorreram as greves e revoltas nos canteiros de obras da hidrelétrica de Jirau. Estes acontecimentos tiveram cobertura da imprensa nacional e tornaram públicas as denúncias sobre uma série de irregularidades existentes nas obras. A partir deste fato surgiu a ideia de tomar o Complexo Madeira como exemplo dos efeitos socioambientais dos projetos da IIRSA.

A segunda preocupação está relacionada à cobertura jornalística das obras da IIRSA e do Complexo Madeira. A partir de um breve levantamento na grande imprensa impressa e *on line* foi constatado que a cobertura destas obras é feita de forma descontextualizada e unilateral, mostrando apenas a visão do governo e das empresas construtoras, além de omitir os impactos negativos dos empreendimentos. A imprensa em geral enaltece as grandes obras, tratando-as de forma superficial. Sendo assim, o fato de elas fazerem parte de um plano maior, que é a IIRSA, raramente é explicitado, o que dá a ideia de que ocorre um processo natural, e não planejado por governos e instituições financeiras.

Desta análise surge a ideia de fazer uma grande reportagem que explicita o jogo entre aparência e essência da IIRSA e do Complexo Madeira, mostrando os projetos em sua complexidade. A escolha do formato grande reportagem se deu por esse trabalho ser mais completo, envolvendo uma pesquisa jornalística de fundo.

A escolha do veículo Opinião Socialista está relacionada ao fato de ser um jornal de esquerda, que se contrapõe às coberturas e opiniões da grande imprensa, e por apresentar um projeto de poder alternativo para a sociedade.

A estratégia metodológica adotada para essa investigação é *qualitativa* e consistiu em coleta e análise de informações de *fontes documentais primárias* (dados estatísticos de órgãos governamentais e instituições de pesquisa) e *secundárias* (periódicos e livros) coletadas por meio da internet e de materiais físicos bibliográficos, além entrevistas via e-mail. O contato com as fontes orais deu-se por intermédio de organizações locais e de levantamento em sítios eletrônicos, segundo o critério de fazer-se representar as opiniões de diferentes segmentos sociais a respeito do tema tratado.

A delimitação temporal para a coleta das informações estabeleceu-se entre 2008, ano em que se iniciaram as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, e 2011. Neste sentido, concentramos a atenção nos seguintes materiais:

- a) *Dados estatísticos* referentes à IIRSA como: financiamento das obras, estudos sobre impactos ambientais, abrangência física e social das obras; exportação de *commodities* e recursos naturais estratégicos. Estes dados foram coletados no site da IIRSA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além dos materiais da Comissão para Estudos da América Latina (CEPAL).
- b) *Fontes secundárias*: livros, trabalhos, estudos e obras acadêmicos produzidos sobre o tema.
- c) *Periódicos de grande circulação*: *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, e jornais locais de Porto Velho (RO) como o *Correio de Notícias*, *Estadão do Norte*, *Rondonotícias* e *Gazeta de Rondônia*. Nestes órgãos de informações verificamos notícias relacionadas às obras de Jirau e Santo Antônio quanto a financiamento, impactos sociais e ambientais, situações de conflito, greves, relação com o crescimento demográfico da região.
- d) *Documentos, periódicos e sítios eletrônicos* de movimentos sociais e sindicais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, Xingu Vivo, Movimento Rio Madeira Vivo, Aliança dos Rios da Amazônia.

- e) *Entrevistas por e-mail*: realizadas com pessoas que, de alguma maneira estão envolvidas com a construção das Usinas ou que presenciam as alterações causadas pelas obras sobre a região de abrangência do projeto.

A pesquisa procurou abordar as obras da IIRSA e do Complexo Madeira e a forma como elas afetam a população e o meio ambiente, bem como sua relação com empresas transnacionais que atuam na região. Para isso, verificam-se informações obtidas em fontes documentais primárias e secundárias, e entrevistas com fontes orais. Operacionalmente, realizamos os seguintes passos na análise do material:

Primeira etapa. Levantamento e leitura da bibliografia específica sobre o tema abordado.

Segunda etapa. Leitura e Ordenação das informações coletadas. Isso engloba o conjunto de material das fontes documentais (primárias e secundárias) referentes à problematização da investigação. Essa etapa inclui: (a) leitura e releitura do material; (b) organização das informações em determinada ordem, com a classificação das informações referentes à IIRSA e ao Complexo Madeira.

Terceira etapa. Realização de entrevista via internet com setores sociais de Porto Velho (RO) buscando aspectos subjetivos e ideológicos sobre como eles percebem os efeitos das obras sobre suas vidas e sobre a cidade.

Quarta etapa. Análise final. Análise do conjunto das informações coletadas no período, realizando as comparações entre a maneira como se o Complexo Madeira é apresentado por seus idealizadores e defensores, a forma como ele se expressa na realidade, e a leitura dos movimentos sociais que contestam o projeto.

Este trabalho divide-se em quatro partes. No primeiro capítulo fazemos uma apresentação sobre o jornalismo investigativo e suas etapas de desenvolvimento, a partir das definições de teóricos e jornalistas da área. Em seguida apresentamos a temática da Reportagem Assistida por Computador (RAC) e como ela contribui para o desenvolvimento do jornalismo investigativo e para a produção de grandes reportagens. Também apresentamos algumas técnicas que contribuem para obter melhores resultados em pesquisas na internet, e apontamos algumas reflexões sobre possíveis implicações da RAC para a atividade jornalística.

No segundo capítulo apresentamos a IIRSA, com um breve histórico de seu desenvolvimento e uma reflexão sobre o significado dos princípios orientadores do

projeto. Em um segundo momento da análise, trazemos um quadro geral do mapa da IIRSA com os empreendimentos previstos em cada uma das regiões traçadas pelo projeto e suas consequências territoriais e para populações de forma geral.

No terceiro capítulo fazemos uma apresentação do Corredor Porto Velho-Madeira-Guayaramerín, que está inserido no eixo Peru-Brasil-Bolívia da IIRSA, e do qual o Complexo Madeira faz parte. A partir do panorama traçado neste capítulo, verificamos a magnitude do projeto, sua dependência de outras obras previstas para a região da tríplice fronteira e os possíveis desdobramentos para a economia local diante das novas possibilidades logísticas. No quarto capítulo apresentamos o Complexo desde a sua concepção, destacando a visão da IIRSA sobre o projeto, com os argumentos usados em sua defesa, e os argumentos usados por grupos que são contrários à obra.

No quinto capítulo trazemos um quadro geral sobre a instalação de grandes usinas hidrelétricas e seus efeitos sobre a população e o meio ambiente que estão em seu entorno, pautado em estudos da Comissão Mundial de Barragens e do Movimento dos Atingidos por Barragens. No sexto capítulo, apresentamos os efeitos da construção do Complexo do Rio Madeira verificadas até o momento por organizações e movimentos sociais que acompanham a implementação das usinas.

Por fim, apresentamos as considerações finais sobre a IIRSA e Complexo e seus significados para as transformações econômicas, sociais e ambientais no Brasil e na América Latina e apresentamos a proposta de pauta da reportagem sobre o tema.

1. O JORNALISMO INVESTIGATIVO E A REPORTAGEM ASSISTIDA POR COMPUTADOR (RAC)

A prática jornalística pressupõe investigação⁵, no entanto, muitos dos textos estampados nos jornais como produtos de investigação do profissional ou equipe de reportagem, na verdade, chegam prontos às redações no formato de *press-releases*, produzidos por assessorias de imprensa ou secretarias de comunicação de órgãos públicos e privados. Nestes casos, o jornalismo é praticado sem nenhuma investigação, pelo menos por parte da equipe de reportagem que os publica.

⁵ s.f. Verificação de um fato por meio de informes obtidos em diversas fontes. Indagação pormenorizada. Inquirição. Pesquisa. (AURÉLIO)

Existe uma categoria jornalística que se diferencia das outras: o jornalismo investigativo. Em seu processo de trabalho profissional são exigidos métodos de pesquisa e estratégias operacionais que se aproximam da investigação científica nas áreas sociológica e antropológica.

Segundo o jornalista Alberto Dines, o jornalismo investigativo se diferencia dos outros por apresentar os seguintes elementos: dimensão comparada, remissão ao passado, interligação com outros fatos, incorporação do fato a uma tendência e sua projeção para o futuro. Ainda segundo o jornalista, o jornalismo investigativo tem a função de inquirir sobre as causas e origens dos fatos, buscando também a ligação entre elas, para oferecer a explicação de sua ocorrência (DINES in SEQUEIRA, 2005).

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentos, não o define como jornalismo investigativo, já que todas essas informações podem ter sido obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue na forma de *press-release*. Ele se transforma em jornalismo investigativo quando o repórter utiliza de técnicas e estratégias peculiares, que não fazem parte da rotina dos jornalistas de atualidade, e quando torna públicos acontecimentos que grupos de poder querem esconder da sociedade.

O jornalismo investigativo diferencia-se dos outros também em relação ao conteúdo das matérias, ou seja, pela seleção de determinados temas e pela profundidade de tratamento que dá ao assunto que aborda (MILANÊS in SEQUEIRA, 2005).

Milanês define o jornalismo investigativo como o resultado do emprego combinado de método de trabalho e técnicas rigorosas de apuração na busca de informações. Neste sentido deve ser pensada a importância da solidez científica para o jornalismo investigativo, uma vez que a verificação da informação é fundamental e se constitui na única maneira de conferir solidez científica à investigação jornalística (QUESADA in SEQUEIRA, 2005).

Para a jornalista Maria Cecília Guirado, a investigação jornalística abarca a apreensão dos fatos, as técnicas de pesquisa e os métodos de raciocínio desenvolvidos pelo jornalista para chegar ao texto. “A investigação possibilita o acesso a dados essenciais do acontecimento, aos detalhes, aos pormenores reveladores, enquanto o aspecto criativo revela os melhores caminhos para interpretar esses dados, que posteriormente serão encaixados como pedaços de um quebra-cabeça.” (GUIRADO, 2004, p. 23)

Ainda segundo a autora, reportagem e investigação jornalística são duas práticas que estão intimamente ligadas.

Reportagem é o nome que se dá a matérias jornalísticas mais longas, em geral ocupando o espaço de página inteira, ou, eventualmente, meia página ou um terço de página. Seu conteúdo (um fato do dia que tenha grande impacto ou um evento ligado a problemas políticos, econômicos, ou ainda relacionados à editoria de Cultura, Política, Saúde, Educação, etc.) há que ser investigado, pesquisado, até o desenlace da questão ou até seu esgotamento. É da natureza da reportagem revelar a origem e o desenrolar da questão que ela retrata. Assim, de alguma forma, a reportagem responde, ou busca responder – em tese – aos interesses sociais.

Para Nilson Lage (2008) a concepção de uma reportagem investigativa pode decorrer de várias experiências: pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas ou a observação direta da realidade. Sendo assim, o jornalismo investigativo não é apenas aquele que se pauta em desvendar assuntos novos, ou temas ocultos revelados por documentos secretos, e nem sempre envolve fatos que grupos de interesses ou o poder público tentam ocultar.

A origem da reportagem indica a forma como a investigação deve ser conduzida e determina que tipo de documentação e fontes ela exige para lhe conferir maior veracidade e segurança ao repórter. Cada reportagem é única e necessita de técnicas e metodologias próprias durante a apuração. Entretanto, o levantamento documental do tema investigado é imprescindível no processo de construção de uma reportagem investigativa.

Tornar públicos fatos que grupos desejam esconder da sociedade exige do repórter um conhecimento profundo sobre eles, que somente um trabalho documental exaustivo poderá oferecer. Nestes casos, a publicação de documentos sigilosos e o trabalho com fontes conhecidas como *off-the-record*⁶, ou fontes em *off* é necessário, entretanto, não entendemos que isso seja o determinante de uma reportagem investigativa.

O levantamento documental deve começar no início da investigação, durante a elaboração da pauta. Isso é necessário para o repórter esboçar um estudo de viabilidade

⁶ Fontes orais *off-the-record*, ou fontes em *off*, são aquelas que não permitem que seu nome seja citado pelo jornalista. Existe um consenso entre jornalistas investigativos como medida de proteção ao informante contra possíveis represálias.

da investigação, e conhecer com exatidão as deficiências de documentação que poderão prejudicar o trabalho (SEQUEIRA, 2005). Um conhecimento profundo sobre o tema também ajudará o repórter a replicar possíveis manipulações que possam vir de fontes informativas. Outro ponto importante é incluir na documentação bibliográfica referências às leis vigentes que regulamentam os fatos denunciados, o que lhes dá mais solidez enquanto dignos de serem denunciados.

Outra prioridade para o bom desenvolvimento de uma matéria investigativa é precisar as fontes a serem entrevistadas. Existem vários tipos de classificação de fontes que, em geral, variam de acordo com o contexto em que estão localizadas: fontes oficiais, oficiosas e independentes. Outra forma de classificação usada no jornalismo investigativo usa como critério de classificação a relação de confiabilidade da fonte. O jornalista Persival de Souza (*in* SEQUEIRA, 2005) divide estas fontes em três tipos: tipo 1, totalmente confiáveis, trata-se de pessoas corretas que passam informações fidedignas; tipo 2 dá a informação correta mas tem algum tipo de interesse; tipo 3 a informação passada costuma ser correta na origem, mas depois toma outros rumos, é uma fonte que tem interesse na vinculação da informação. Independente da classificação adotada, é sempre importante checar a informação recebida.

Atualmente, uma das práticas que mais auxilia no desenvolvimento do jornalismo investigativo é o uso da tecnologia, sobretudo com a chamada Reportagem Assistida por Computador (RAC).

Desde seu nascimento, o jornalismo esteve vinculado à tecnologia. A própria natureza da produção industrial do jornal e sua consolidação como fenômeno de massa, a partir da Revolução Industrial, são marcas desta afinidade. Neste sentido, o jornalismo pode ser considerado como uma atividade tecnológica e industrial, em que os mais diversos aparatos técnicos – desde a prensa até a mídia digital – se combinam no fazer jornalístico.

A tecnologia sempre esteve envolvida com a produção do jornal; o que acontece hoje é que ela se encontra tão disseminada e permite tantas possibilidades que acaba tendo um papel fundamental no processo e no seu resultado. Para analisarmos a tecnologia aplicada nesse nível no jornalismo, seria interessante entendermos que ela ocorre em duas etapas distintas. A primeira com a introdução do computador como instrumento isolado; a segunda com a

introdução de uma nova mídia, a Mídia Digital, a rede, e o computador servindo de porta de acesso a seus recursos.⁷

Neste contexto, as mudanças não acontecem apenas nas rotinas de trabalho do jornalista. Nas últimas décadas, a natureza dessas transformações apresenta-se concentrada no maior emprego da informática na produção da notícia.

Enquanto ferramenta – entendida em seu sentido mais amplo – o computador pode e deve ser usado como máquina de processamento da informação a ser utilizada como notícia. Este campo de trabalho jornalístico ainda pouco explorado é denominado de Reportagem Assistida por Computador (RAC), ou mesmo Jornalismo Assistido por Computador (JAC), e trata das técnicas de apuração que utilizam o computador como ferramenta de processamento da informação jornalística. O aspecto principal aqui é a produção, é o jornalismo que utiliza o computador e a rede como ferramentas ativas no seu fazer.

Segundo a Abraj (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) RAC são técnicas usadas no jornalismo investigativo que fazem uso do computador como ferramenta principal na produção de grandes reportagens investigativas. Contribuem para ter mais precisão com maior velocidade e permitem a busca, filtragem e análise de grande quantidade de informação em menor tempo.

Na definição de Nilson Lage (2002), a RAC baseia-se no emprego de técnicas instrumentais de navegação e busca na internet, utilização de planilhas de cálculo e bancos de dados, ou seja, trata-se de colher e processar informações primárias. Além disso, as técnicas da RAC contribuem para organizar os dados, examinar e fazer referência, de forma a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítica e da pesquisa bem planejada na rede. Os dados se transformam em informação se corretamente filtrados, analisados e contextualizados.

Com a disseminação do acesso à Internet, em especial com a criação da interface gráfica World Wide Web, em 1993, o uso do computador nas redações ganha novos traços. O acesso a bancos de dados públicos torna-se simples e barato com as conexões diretas pela rede de computadores. Por outro lado, esta ferramenta também impõe novos desafios aos jornalistas.

⁷ QUEIROGA, Antônio. **Um futuro para o Jornalismo: as técnicas da notícia**. Comunicação apresentada no VII Fórum de Professores de Jornalismo. Florianópolis: 2004. p. 5

O primeiro deles é encontrar a informação que se procura diante da infinidade de dados presentes na internet, isso exige do repórter um preparo para o uso dos mecanismos de busca disponíveis, que são vários e cada vez mais especializados. Para obter um melhor resultado na pesquisa e avaliar corretamente a credibilidade das informações é importante seguir algumas regras metodológicas. Em primeiro lugar, a pesquisa deve ser feita a partir de sites confiáveis, como páginas do governo (federal, estadual, municipal), instituições públicas de pesquisa (IBGE, IPEA) ou instituições renomadas (CEPAL, DIEESE), páginas científicas de universidades (revistas eletrônicas, Scielo), grupos de interesse (Sindicatos e Movimentos Sociais) e Organizações não governamentais (ONG) reconhecidas. É importante sempre buscar fontes primárias e checar os dados obtidos a partir de fontes secundárias.

O segundo é desafio é avaliar a credibilidade da informação encontrada, o que pode ser mais difícil do que na antiga forma de pesquisa em bancos de dados físicos de bibliotecas e repartições públicas. Por isso, é recomendável que o jornalista pesquise a origem dos sites utilizados, quem são os responsáveis e quais são as fontes de financiamento, para entender o ponto de vista das publicações.

O uso de buscadores como o “google” podem ajudar na pesquisa desde que corretamente usados. A utilização de termos técnicos auxilia na filtragem dos resultados, e as chamadas perguntas de busca (palavras chave usadas nos buscadores) não devem ser genéricas, quanto mais palavras, mais específico será o resultado. Procurar pela fonte da informação, e não a informação em si e utilizar nomes de autores importantes no assunto pesquisado também auxiliam na obtenção de melhores resultados.

Com a facilidade de acesso e disseminação da informação na internet, a produção jornalística adensa seu ritmo uma vez que, em menor tempo de trabalho o jornalista amplia o leque de informações obtidas através de fontes documentais e entrevistas.

A disseminação das redes digitais, como constata Bastos (2000: 82) estimula a elaboração de uma *lógica estrutural distinta* para o jornalismo com consequências para a pesquisa, produção e difusão de dados. Mais que ferramentas ao dispor dos jornalistas as tecnologias de circulação e armazenamento de dados são o indício

de um fenômeno mais amplo que exige diferentes habilidades dos profissionais do jornalismo.⁸

Um dos riscos que o uso da internet e das redes sociais pode representar nas rotinas jornalísticas é o distanciamento entre o profissional e as relações sociais envolvidas na obtenção da informação, já que o repórter está cada vez mais preso ao interior das redações, uma vez que a apuração das pautas é feita por telefone e internet. Este distanciamento pode levar à produção da informação de forma descaracterizada de seus ambientes socioculturais. Independente da fonte da informação se dar via internet ou no velho “tête-à-tête” com os interlocutores, o jornalista deve preservar a instância do contexto sociocultural em que se dão os fatos. Além disso, o uso destas novas tecnologias não deve significar o distanciamento do jornalista em relação às fontes orais e à apuração em loco.

Nos tempos atuais, o desenvolvimento do jornalismo irá fundamenta-se numa maior aplicação da tecnologia digital na produção jornalística. (LAGE, 2002, p.154). Segundo Antônio Queiroga (2004) o mais importante de se verificar neste contexto é a “silenciosa revolução” que o digital, instrumento de produção da notícia, pode fazer no cotidiano do jornalista. E uma das consequências destas transformações é a necessidade de capacitar os atuais e futuros profissionais de jornalismo para o melhor uso dessas tecnologias.

2. DEZ ANOS DE IIRSA

Em setembro de 2000, os presidentes dos doze países da América do Sul reunidos em Brasília firmaram o acordo de Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), que visa interligar fisicamente e desenvolver economicamente a região. A proposta do plano partiu do então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, sob a tutela do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do documento intitulado “*Plano de Ação para Integração da Infraestrutura da América do Sul*”. Este documento é resultado de um amplo estudo

⁸ MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para jornalistas. Biblioteca on line de ciências da comunicação.** 2009. p.4

realizado pelo engenheiro Eliezer Batista, na época Secretário de Assuntos Estratégicos do governo Itamar Franco, a pedido do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique.

O estudo, concluído em 1996, apresenta a ideia de eixos de desenvolvimento a partir da análise das relações entre infraestrutura e comércio internacional, descreve a localização das principais riquezas naturais da região e a forma como podem ser melhor utilizadas por meio da ampliação da rede de transportes e da consequente integração entre países e continentes. Uma das conclusões da pesquisa de Eliezer Batista é que a América do Sul possui um enorme potencial de desenvolvimento, mas existem barreiras naturais – como a Cordilheira dos Andes, a selva Amazônica, o Istmo Centro-Americano, o rio Amazonas e o Pantanal – que o dificultam e exigem soluções para serem rompidas.⁹ Após a assinatura do ‘*Plano de Ação*’ pelos membros da Cúpula de Presidentes Sul-americanos, esta perspectiva integracionista vai se desenvolver por meio da IIRSA.

Este projeto traça uma divisão geoeconômica do continente em dez *Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID)* – Eixo Amazonas, Eixo Capricórnio, Eixo Hidrovia Paraná-Paraguai, Eixo MERCOSUL-Chile, Eixo Andino, Eixo Interoceânico Central, Eixo Peru-Brasil-Bolívia, Eixo Sul, Eixo Escudo das Guianas e Eixo Andino do Sul. Cada um deles compõe redes multinacionais que atualmente concentram grandes fluxos de comércio, ou que possuem vocação para seu desenvolvimento, e com grande concentração de recursos naturais ainda pouco explorados. Em cada EID pretende-se estabelecer um padrão mínimo comum de serviços nas áreas prioritárias de Transportes (multimodal), Energia e Telecomunicações a fim de apoiar as atividades produtivas específicas de cada região e promover o desenvolvimento de negócios e cadeias produtivas, seja para o consumo interno, seja para exportação para os mercados globais.

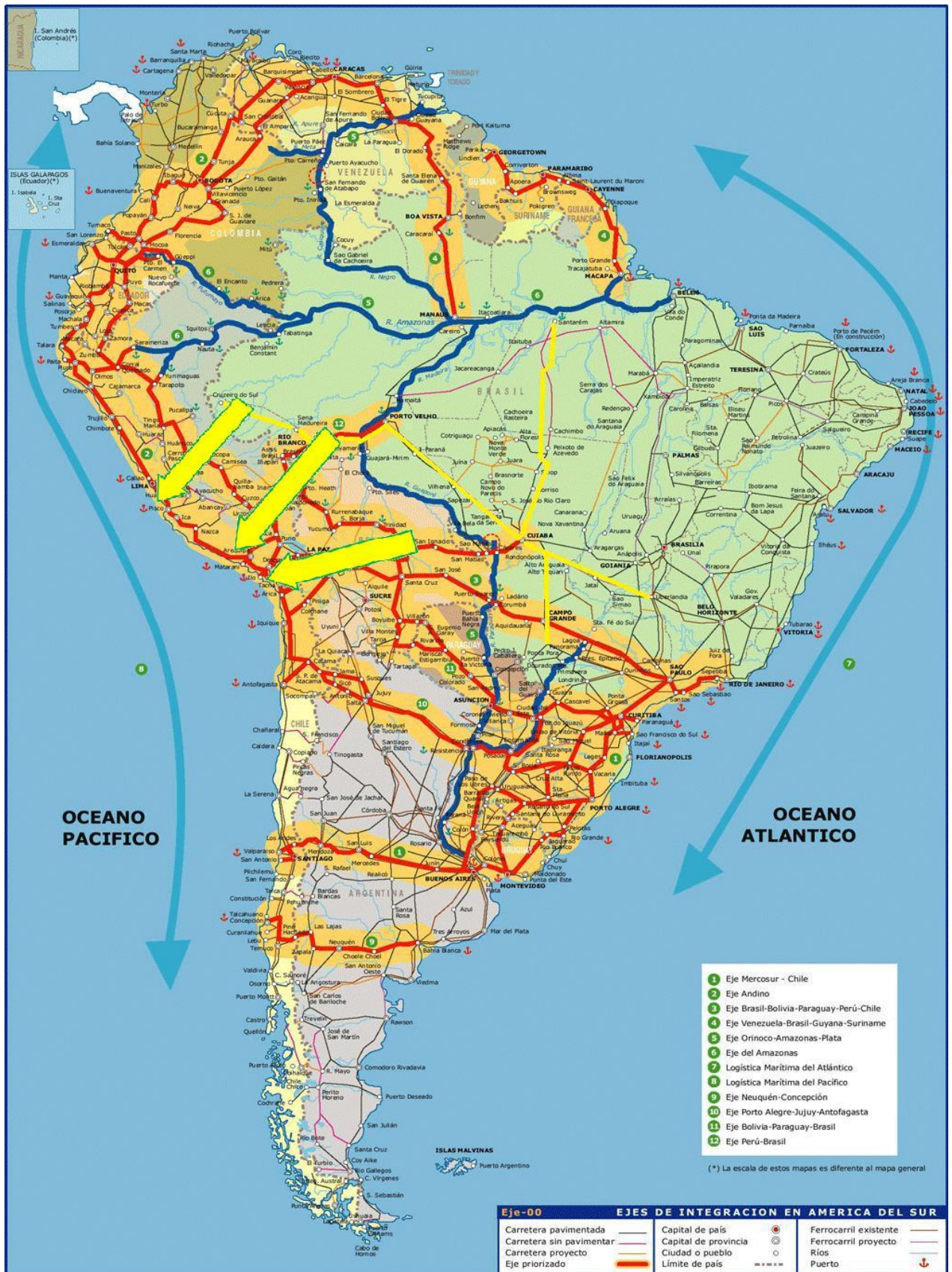
Os princípios orientadores da IIRSA são definidos pelos seguintes pontos:

1. Regionalismo Aberto;
2. Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID);
3. Sustentabilidade Econômica, social, ambiental e político institucional;
4. Aumento do valor agregado da produção;
5. Tecnologias da informação;
6. Convergência normativa;

⁹ SILVA, Eliezer Batista da. **Infrastructure for Sustainable Developmentan Integration of South America**. Report to BCSD-LA, CAF, CVRD, Bank of America, CAEMI. Agosto 1996.

7. Coordenação público-privada.

Mapa da IIRSA



Fonte: www.iirsa.org

Passados dez anos do início da implementação da Iniciativa, cabe uma reflexão sobre o significado destes princípios e sobre as consequências impostas pelo plano a territórios e populações, até a conclusão desta primeira etapa. Para tanto, destacaremos alguns dos pontos acima levantados.

Segundo o princípio do Regionalismo Aberto, a América do Sul é concebida como um espaço geoeconômico plenamente integrado, para o qual é necessário reduzir ao mínimo as barreiras internas ao comércio e os gargalos na infraestrutura e no sistema de integração e regulação das atividades produtivas. Tudo isso, com vistas a distribuir os benefícios do comércio a toda região e protege-la de possíveis flutuações no comércio global.

O conceito de Regionalismo Aberto abarca as iniciativas de integração surgidas desde a década de 1990 como os esquemas de integração do velho regionalismo, estando presente, inclusive, na proposta da ALCA, que constituiria uma das formas mais acabadas de novo regionalismo (BELLO, 2008).

Na definição do BID, usada como guia para construção da carta de princípios da IIRSA, “el nuevo regionalismo es una parte integral de un cambio de política estructural general en América Latina hacia economías más abiertas, basadas en el mercado, que operan en un ambiente democrático” (BID , 2002: 4). Como sustenta o BID e a carta de principios da IIRSA, as motivações do novo regionalismo são:

- Reforzar la apertura del mercado que se ha producido a nivel unilateral y multilateral;
- Crear un ambiente más seguro y estable para que las empresas desarrollen experiencia exportadora y ofrecer mercados alternativos para los bienes que enfrentan un fuerte proteccionismo a nivel internacional;
- La integración regional como una herramienta geopolítica para fortalecer la capacidad de negociación internacional y promover la cooperación con los países vecinos (BID, 2002:4).¹⁰

Na prática, o novo regionalismo representa uma diretriz a ser seguida pelos governos regionais para liberalização dos mercados, com redução de barreiras alfandegárias, orientação predominantemente voltada para as exportações, política comercial de abertura (oposta ao protecionismo do velho regionalismo), abertura

¹⁰ BELLO, Lourdes Maria R. Los TLC en la perspectiva de acumulación estadounidense - Visiones desde el Mercosur y el ALBA, 2008.

econômica acelerada com desregulamentação comercial e financeira e reduções tarifárias, com vistas a construir uma zona ampla de livre comércio (ao contrário de mercado comum). Apesar do eixo de cooperação Sul-Sul estar presente entre as preocupações do regionalismo aberto, é o eixo Norte-Sul que ocupa posição central na elaboração de políticas.

Ainda segundo os princípios orientadores da IIRSA, o processo de integração econômica sul-americana tem como objetivo desenvolver a qualidade de vida, o que somente poderá ser alcançado mediante o respeito à sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional. Na visão do projeto, estes princípios serão alcançados por meio da eficiência do mercado, do impacto do crescimento econômico sobre a qualidade de vida da população, do respeito ao meio ambiente e da geração de mecanismo que incentivem os agentes públicos e privados da sociedade contribuir para o desenvolvimento e integração.

Como parte do processo de integração, as economias devem reorientar-se na formação de cadeias produtivas em setores de alta competitividade global, o que trará vantagens para os países da região. Enquanto ponto central da IIRSA, este é um dos princípios orientadores colocados em prática com grande empenho por parte de governos e empresários. Suas consequências já podem ser percebidas na balança comercial brasileira, que vem elevando sistematicamente seus índices de exportação de produtos primários como soja e minérios de ferro.

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC)¹¹, na última década, o Brasil liderou o crescimento de exportação de *commodities*¹² entre as maiores economias do mundo, e já é o quinto maior fornecedor de produtos primários para a China. Em 2010, apenas seis produtos – minério de ferro, petróleo, soja, açúcar, aço e celulose – responderam por 50% das exportações brasileiras, de U\$ 201,9 bilhões, e a previsão é que corresponda a 75% em 2011¹³. Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior¹⁴ confirmam esta tendência de crescimento. Na comparação com 2009, as vendas de produtos básicos cresceram 45,3%, já os semimanufaturados e os manufaturados ampliaram, respectivamente, 37,6% e 18,1%.

¹¹ O Estado de São Paulo, matéria publicada na edição de 24/07/2010. Categoria Indicadores.

¹² *Commodity* é o termo em língua inglesa que significa mercadoria, usado em referência a produtos de base em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, que são comercializados na Bolsa de Valores. Existem vários tipos de *commodities*: agrícolas, minerais, ambientais, químicas.

¹³ Fonte: Estado de São Paulo. Edição de 13/04/2011. Seção Economia.

¹⁴ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Balança comercial brasileira – dados consolidados. 2010

Em parte, o crescimento da participação dos produtos básicos no PIB brasileiro pode ser explicada pela elevação do preço das *commodities* no período, mas também é possível notar um aumento progressivo no volume exportado, fenômeno que se explica pelo crescimento da demanda chinesa, e das vias de transporte e escoamento. A construção de estradas, ferrovias e hidrovias em locais onde antes as condições de transporte eram precárias, bem como o aumento da capacidade de carga nos portos do Atlântico e Pacífico, tornaram mais ágil o transporte de mercadorias, reduziram os custos e as perdas ao longo do caminho, dinamizando os lucros. Uma das consequências deste processo é a expansão da lavoura de soja – inclusive transgênica, em países como Brasil, Paraguai e Argentina – e o aumento dos investimentos na extração de minérios por empresas como Vale e Votorantim, que vem ampliando suas atividades na região nos últimos anos.

Outro objetivo da IIRSA é a chamada Convergência Normativa e Coordenação público-privada, uma proposta que visa maior associação entre estes setores para o financiamento de projetos, e na criação de um ambiente regulatório que privilegie a participação do setor privado em iniciativas de desenvolvimento regional e integração.

Esta noción de liderazgo compartido es la base para un diálogo constante entre gobiernos y empresarios en apoyo a la función planificadora y orientadora de los primeros, y facilitando las responsabilidades de financiamiento, ejecución y operación de proyectos de los segundos.¹⁵

O Estado deve facilitar a atuação da iniciativa privada, promovendo a desregulamentação financeira e as condições de infraestrutura necessárias para a instalação e exploração de recursos naturais e serviços. Para isso, deve redefinir seu papel, consolidando as reformas estruturais, ampliando a participação do setor privado dentro do público. Neste contexto, a responsabilidade do Estado se limita a regular, planejar e financiar a infraestrutura e os serviços necessários, responsabilizando-se pelas iniciativas que não oferecem possibilidade de lucros, em um primeiro momento, até que elas se tornem atrativas ao capital privado.

Estas diretrizes há muito são colocadas para os países da América Latina, fazendo-se presentes nos Tratados de Livre Comércio (TLC) firmados pelos países da

¹⁵ IIRSA, Plan de Acción para la Integración de la Infraestructura Regional em América del Sur. Una propuesta. s/n

região com os Estados Unidos, passando pela ALCA e, agora, são reforçados pela IIRSA.

A *Iniciativa para Integração*, enquanto projeto de infraestrutura e ordenamento territorial, faz parte de um contexto maior, que envolve o conjunto de planos econômicos, políticos, militares e de acordos comerciais traçados pelos Estados Unidos para a América Latina. A batalha do imperialismo norte-americano para manter sua hegemonia sobre a região, ameaçada pela entrada de investimentos e da influência oriental, sobretudo chinesa, levou o governo a retomar a doutrina Monroe – América para os americanos – e a transformar o subcontinente em plataforma de guerra comercial (CECEÑA, 2007).

Esta política inicia-se pelos territórios mais próximos com o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), que imprime sobre o México e a América Central o que depois se expandiria para a parte sul do continente com o Plano Puebla Panamá, o Plano Colômbia, o Tratado de Livre Comércio da América Central e República Dominicana, a temporariamente interrompida ALCA, e a IIRSA. Esta, com o objetivo de construir a infraestrutura necessária para dinamizar o comércio previsto por aqueles tratados e organizar uma convergência normativa que dê um amparo legal comum e facilite a circulação de mercadorias na região.

Estos megaproyectos se han ido desplegando poco a poco sobre el territorio latinoamericano. El TLCAN funcionó como mecanismo de recuperación de la competitividad estadounidense para enfrentar el bloque que se había formado en la cuenca asiática, pero simultáneamente fue una experiencia comercial, de inversiones, jurídica y demostrativa, que constituyó la base sobre la cual se diseñaron el resto de los tratados impulsados en el continente, entre los que habría que destacar, por su envergadura, el ALCA.¹⁶

Estas políticas e acordos comerciais respondem às necessidades do modelo econômico vigente, e estabelecem normas sobre a movimentação de bens até chegar às mãos do consumidor. Tradicionalmente operam sobre a esfera do câmbio e da distribuição.

Lo novedoso de los acuerdos comerciales más recientes es que intentan regular no sólo el movimiento de los bienes, servicios y

¹⁶ CECEÑA, Ana Esther. Territorialidad de la dominación – Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). 2007. p. 9

capitales, sino que pretenden erigirse en modelos de apropiación/expropiación, ya no sólo de la renta sino también de los recursos. *Su esencia no reside en la regulación del movimiento de los bienes, sino en facilitar y regular el proceso de apropiación capitalista transnacional.*¹⁷

É neste sentido que estes acordos reforçam o que alguns autores vêm chamando de “acumulação por desapropriação” (Harvey, 2004 in SEONI, 2010). O termo faz referência ao processo de acumulação do capital como base na apropriação privada de bens e recursos que se encontram, ou se encontravam, até o momento, fora do mercado, ou seja, que ainda não haviam sido transformados em mercadorias.

Así, la acumulación por desposesión refiere a la apropiación privada – mayoritariamente transnacional – de los llamados “bienes comunes sociales” (las empresas y los servicios que fueran transformados de públicos-estatales en particular a partir de mediados del siglo XX, por ejemplo) y de los denominados “bienes comunes de la naturaleza” (en referencia a lo que la teoría económica llama los “recursos naturales”). Si las contrarreformas neoliberales de primera generación – bajo el Consenso de Washington de principios de los noventa – supusieron la privatización de buena parte de los primeros, las siguientes generaciones de políticas neoliberales profundizarán la mercantilización de los segundos. La explotación de éstos resultó el centro del modelo económico propuesto para América Latina en el marco de la nueva división internacional del trabajo que trajo la “globalización neoliberal” y que supuso – y aún supone – una reprimarización de la estructura productiva regional.¹⁸

Este processo chamado de reprimarização da economia não ocorre da mesma forma e nem com a mesma intensidade em todos os países da América Latina, mas sua evolução é percebida na análise das balanças comerciais e dos investimentos nos diversos setores da economia. O Informe da CEPAL sobre Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina e Caribe correspondente a 2010, revela que os IED estão reforçando a especialização produtiva da região no setor primário. Segundo o informe, os setores que mais receberam investimentos foram os ligados a recursos naturais, com 43% do total de IED, seguido pelo setor de serviços, com 30%, e pelo de manufaturas, com 27%.

¹⁷ BELLO. Los TLC en la perspectiva de acumulación estadounidense. 2008, p. 15. Grifo original.

¹⁸ SEONI. Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos. 2010, p.8.

Os Estados Unidos ainda são o principal investidor na região, com 17% do total, seguido pelos Países Baixos, com 13%, e pela China, com 9%. Este último país recebe atenção especial no relatório da CEPAL. Mais de 90% dos U\$ 15 bilhões investidos pelas empresas chinesas na região destinaram-se ao setor de extração de recursos naturais, com destaque para Brasil com U\$ 9,5 bilhões e Argentina, com U\$ 5,5 bilhões.

O setor que concentra os maiores investimentos chineses é o de hidrocarbonetos, com as concessões para exploração concedidas pelos governos de Equador, Peru, Bolívia e Venezuela e, principalmente com as recentes alianças feitas com empresas privadas internacionais no Brasil e na Argentina. Em seguida vem o setor de mineração com destaque para extração de cobre no Peru e minério de ferro no Brasil; e por último, a agricultura, com a compra de terras para plantação de soja. Este último fator é particularmente preocupante pelo fato de concentrar o controle destas propriedades nas mãos de investidores estrangeiros e pelas possíveis consequências negativas para a segurança alimentar e para o estilo de vida no meio rural.

Este quadro demonstra como os interesses comerciais defendidos pela IIRSA são alheios aos interesses das populações locais. Segundo a pesquisadora Ana Esther Ceceña

não se trata da exploração dos elementos naturais para uso doméstico, local ou nacional, mas sim de sua exploração de acordo com as dimensões de um comércio mundial sustentado em 50% por empresas transnacionais. A infraestrutura que se propõe – e que se requer – é justamente a que permitirá que a América Latina se transforme em uma peça chave no mercado internacional de bens primários, a custo da devastação de seus territórios, abrindo novamente estas veias da abundância que sangram na *Pachamama* e alimentam a acumulação de capital e a luta mundial pela hegemonia.¹⁹

Outro processo a ser destacado na análise do IED é o avanço das chamadas Translatinas sobre o próprio continente. Na última década, as empresas que mais se internacionalizaram foram as do Brasil, Chile, México e Colômbia, especialmente nas áreas de indústrias básicas (hidrocarbonetos, mineração, cimento, papel e celulose, siderurgia), agroindústria (alimentos e bebidas) e serviços (energia e telecomunicações). Segundo o relatório da CEPAL, destacam-se nesse processo as brasileiras Vale S/A,

¹⁹ CECEÑA in INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. Empresas transnacionais brasileiras na América Latina. 2009, p. 207.

Construtora Camargo Correia, Guerdau, Votorantim, Braskem S/A e Petrobrás; as mexicanas Televisa, Gurpo Casa Saba SBA, Sigma Alimentos S/A, Metalsa S/A, e as colombianas Grupo Aval Acciones y Valores, Empresa Pública de Medellín e Interconexión Eléctrica S/A.

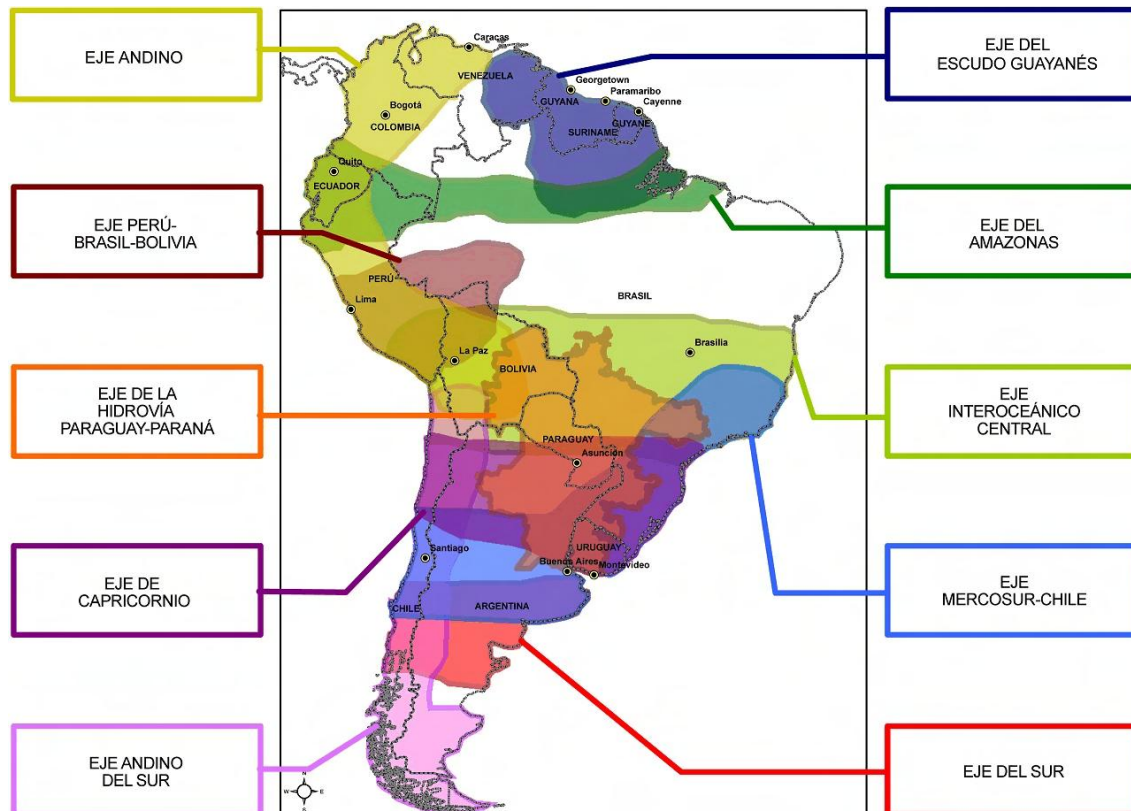
Este processo de internacionalização das transnacionais latino-americanas é ajudado, atualmente, pelas obras da IIRSA. É o que ocorre, por exemplo, com as brasileiras Camargo Correia, Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez, empresas de engenharia que iniciaram seu processo de internacionalização graças ao apoio financeiro dos governos de ditadura militar do Brasil e que hoje estão presentes em quase todos os países da América do Sul, com destaque para Bolívia, Venezuela, Equador e Peru (CAMPOS *in* INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO, 2009). Atualmente, estas empreiteiras são as responsáveis pelas maiores obras da IIRSA (rodovias, portos, aeroportos, hidrelétricas e gasodutos) com orçamentos bilionários financiados, sobretudo, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Assim como a ALCA e os TLC, a IIRSA também é parte importante da segunda geração de políticas neoliberais para o continente latinoamericano e, como estes tratados, seu redesenho hegemônico reforça o modelo de funcionamento do capitalismo que garante às corporações transnacionais a preservação de um papel dominante nas economias nacionais, concedendo-lhes uma capacidade diferenciada para dispor dos recursos mundiais e garantindo-lhes acesso irrestrito aos mercados (BELLO, 2008). Este processo torna-se mais claro quando analisado em conjunto com os planos de integração física da América Central (Plano Puebla Panamá) e dos Estados Unidos (Pátio Traseiro)²⁰.

²⁰ O Plano Puebla Panamá é um projeto de integração física regional implementado na América Central (México, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Belize, Guatemala, Costa Rica e Panamá) desde 2002. O Pátio Traseiro é um plano de ampliação da infraestrutura física multimodal entre o Mississippi e a Costa Atlântica dos Estados Unidos.

2.1. Os caminhos da IIRSA

Mapa dos Eixos de Integração da IIRSA



Fonte: <http://www.territorioindigenaygobernanza.com>

O mapa de projetos da IIRSA divide a América do Sul em dez regiões segundo suas características naturais e comerciais. A partir desta divisão é determinado quais infraestruturas são necessárias em cada região segundo sua vocação econômica.

O Eixo Amazonas abre caminho na parte mais larga do continente, cortando a maior e mais variada selva do mundo. Segundo Ceceña (2007) é o eixo de maior importância e potencialidade do projeto IIRSA, concentrando 40% da biodiversidade do planeta e cerca de 20% da água doce não congelada, com amplo potencial de utilização produtiva. Além da riqueza natural, a região também concentra importante atividade industrial, agrícola, extrativista, agroindustrial, pesqueira e turística.

Neste eixo, as vias de transporte terão a função de servir como canais de escoamento das mercadorias e matérias-primas destinadas aos principais centros consumidores (Estados Unidos, Europa e China). Estão previstos 44 projetos na região, 21 deles são obras fluviais, 12 estradas, 3 portos, 5 aeroportos, 1 adequação fronteira e

2 de interconexão energética. A implementação destes projetos deverá reforçar a lógica de exploração da selva Amazônica, trazendo graves consequências para as populações originárias e urbanas e para a floresta com aumento do desmatamento, inundação de áreas verdes, desaparecimento de espécies da fauna e flora, ocupação irregular de terras, expulsão de populações indígenas e crescimento desordenado das capitais. (CECEÑA, 2007)

O Eixo Andino está situado a noroeste do subcontinente e engloba os entroncamentos de infraestruturas de transportes (estradas, fronteiras, portos e aeroportos) de Bolívia, Equador, Peru e Venezuela. Por este trecho passam as maiores estradas que unem os principais centros urbanos destes países: a rodovia Panamericana (Venezuela, Colômbia, Equador e Peru) e a rodovia Marginal de La Selva (Venezuela, Colômbia, Equador e Peru).

Esta região é rica em reservas de petróleo, gás, biodiversidade, e minérios de ferro, e é visada por indústrias extrativistas, grandes consumidoras de energia. Justamente por isso, a prioridade do eixo é a construção de obras relacionadas à geração de energia, com 3 usinas e 3 redes de distribuição, além de 38 obras relacionadas ao transporte rodoviário, 7 de transporte aéreo, 1 ferrovia, 1 porto marítimo e 1 fluvial.

Os principais impactos ambientais para a região seriam a contaminação da água e do solo por metais pesados decorrentes da mineração e da perfuração de poços de petróleo, além da destruição de florestas nativas para construção de hidrelétricas e estradas.

O Eixo Peru-Brasil-Bolívia é importante por sua riqueza biogenética e diversidade de culturas originárias, de grande interesse para a indústria farmacêutica e biotecnológica. “Trata-se de um território propício para investigação científica em temas de biodiversidade, desenvolvimento e cultura indígena” (IIRSA, 2006:169). Dezoito projetos compõem este eixo: 6 de transporte terrestre, 4 fluviais, 1 aéreo e 3 de melhoramento de trechos de fronteiras, 3 micro-centrais hidrelétricas e 3 redes de transmissão de energia. Dentre estes projetos estão o Complexo do Rio Madeira e a Hidrovia Madeira-Beni, que serão tratadas mais adiante.

O Eixo Capricórnio é de grande importância estratégica, sobretudo regional, pois concentra potencial agrícola, fluxo de comércio e produção industrial na região da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai, Argentina), geração de energia com a Usina Hidrelétrica de Itaipú, reservas de petróleo, gás, metais e água doce, com o Aquífero Guarani.

Das 33 obras previstas, uma é de interligação energética, e o restante é de transportes, sendo 16 estradas, 9 ferrovias, 3 portos marítimos e 2 fluviais, além de 2 passagens de fronteira e investimentos privados em telecomunicações. Um dos principais riscos que a IIRSA impõe para esta região é aumento das lavouras de soja, sobretudo transgênica, com devastação de florestas naturais e contaminação do solo e da água pelo uso excessivo de fertilizantes, com risco de contaminação do lençol freático e do Aquífero Guarani. (CECEÑA, 2007)

O Eixo Escudo das Guianas divide-se em duas regiões diferentes, uma com concentração populacional e predominância de produção de bens com valor agregado (na Venezuela e na zona de Manaus) e outra caracterizada pela concentração de recursos naturais pouco explorados e baixos níveis de população (Amazônia, Guiana, Guiana Francesa e Suriname).

A região é rica em petróleo, madeira, ouro, ferro, água doce, biodiversidade, e é cruzada por rios que facilitam o escoamento de mercadorias até o oceano Atlântico. O eixo articula 32 projetos: 7 de geração e transmissão de energia, 4 de transporte fluvial e marítimo, 18 de transporte terrestre, 2 de comunicação com fibra ótica, e um projeto de processamento de celulose e café, em Boa Vista.

O Eixo Andino do Sul é rico em minerais e coincide com a região do Tratado sobre Integração e Complementação Mineira, firmado entre Argentina e Chile. O eixo ainda não possui uma carteira de projetos definida pela IIRSA, mas já existem investimentos de instituições financeiras multilaterais na região, o que indica que, em um futuro próximo, deve ser elaborado um plano de obras de integração para a região. (CECEÑA, 2007)

O Eixo Interoceânico Central é o segundo maior em desenvolvimento econômico (depois do Mercosul-Chile) e foi planejado tanto para abastecer o mercado mundial com bens primários ou de pouco valor agregado, e para abastecimento da região com mercadorias de maior valor agregado produzido por grandes empresas transnacionais e multinacionais.

Até o momento estão previstos 44 projetos para a região, 22 de transporte terrestre, 3 marítimos e 7 ferroviários, 3 aéreos, 6 passagens de fronteira, 1 de transmissão de energia e 2 de telecomunicações. A concretização destas obras pode levar ao aumento das lavouras de cana-de-açúcar e da exploração de petróleo e gás, com grande prejuízo ambiental e social, devido ao conflito de interesses entre a população

local e as empresas exploradoras de petróleo, como os que ocorrem em regiões da Bolívia.

O Eixo Mercosul-Chile, concentra maior densidade populacional e concentrações econômicas. A região é grande produtora de *commodities*, produtos agroindustriais e industriais, inclusive de auto grau tecnológico, como a indústria automobilística e aeronáutica. A carteira de projetos do eixo prevê a construção e/ou ampliação de 39 rodovias, 8 portos, 4 ferrovias, 2 aeroportos, 2 passagens de fronteira, 3 interconexões elétricas, 2 gasodutos, 4 hidrelétricas e 1 termoelétrica. Por ser uma região urbanizada, os planos da IIRSA ameaçam principalmente as pequenas regiões de reserva de mata nativa, como a Mata Atlântica.

Eixo Hidrovia Paraná-Paraguai compreende a maior área inundada do planeta, com mais de 3.400 Km de rios livres de represas. O principal objetivo do eixo é adequar a rede hidroviária de forma a agilizar o transporte de mercadorias produzidas na região – soja, trigo, madeira, combustíveis, minerais (ferro e magnésio) e fertilizantes.

Existem 97 projetos previstos para este trecho, 33 de infraestrutura portuária, 18 fluviais, 16 ferroviários, 1 aéreo, 20 estradas, 2 centrais termoelétricas, 1 gasoduto, 1 estação transformadora, 1 projeto de transposição de Itaipu e 3 relacionados à Tecnologia da Informação (TI). A adequação da região pantaneira para navegação e a pavimentação de estradas trarão consequências irreversíveis para a população e o meio ambiente, pois incidem sobre um bioma natural frágil e sobre o Aquífero Guarani.

O Eixo Sul abarca o norte da Patagônia, rica em petróleo, minerais metálicos, bosques frios e água. Os 21 projetos previstos para a região têm o objetivo de incrementar a exportação, com reforço para atividades extrativas. A carteira de projetos prevê 9 estradas, 3 ferrovias, 2 obras de transporte marítimo, 5 passagens de fronteira e 2 de interconexão energética. Dentre os impactos previstos estão o agravamento das tensões entre os povos originários locais, como os Mapuche, e as empresas transnacionais e nacionais, no que diz respeito à compra de terras de forma irregular.

A partir de uma visão geral dos *EID* percebemos que são oito eixos verticais e dois horizontais, destacando a importância estratégica dos eixos Amazonas e Capricórnio, pela diversidade de riquezas naturais e pela conexão dos rios Madeira-Beni e sua ligação com a hidrovia Paraguai-Paraná. Considerando os interesses econômicos regionais, podemos afirmar que o eixo mais importante é o Cone Sul, pois concentra a maior parte do PIB do subcontinente.

Como podemos perceber, os eixos transcendem as fronteiras nacionais,

el territorio sudamericano ha sido subdividido de acuerdo a sus virtudes económicas y estratégicas. Destacan dos regiones por su actividad industrial y concentración poblacional, es decir, por la fuerza de trabajo real y potencial que ofrecen, y el resto por las dádivas de la naturaleza, puesto que se trata de poner en ruta la explotación de yacimientos hidrocarburíferos, minerales, genéticos, acuáticos y también agropecuarios. Justamente porque la IIRSA está pensada a partir de la demanda tiene un diseño centrífugo, extractivo, de expulsión de riquezas hacia los centros de demanda. De la misma manera que el Plan Puebla Panamá se construye desde Panamá hacia Estados Unidos, la IIRSA se piensa desde el centro hacia las costas o hacia los ríos que fluyen rumbo al mar. No obstante, como bien nos recuerda Raúl Zibechi, es un proceso de doble orientación, en el que no hay que dejar de considerar las lógicas regionales, a pesar de que la dinámica global está marcada por los intereses y perspectivas del gran capital mundial y de su centro hegemónico. Así, en el caso de IIRSA “[se trata] de una integración doblemente subordinada: a Brasil, por parte de los países sudamericanos, y del conjunto de la región al mercado y el empresariado mundiales.” (Zibechi, 2006)²¹

As rotas traçadas pela IIRSA nem sempre são as mais curtas, mas, certamente, são as que abarcam a maior quantidade de centros produtores e extrativistas da região, de forma que nenhum setor fique sem caminhos para transportar suas mercadorias até o porto ou centro consumidor mais próximo. Isso promove a redução dos custos do transporte – sobretudo com o aproveitamento dos grandes canais fluviais, o que significa um deslocamento mais barato –, diminui o custo da produção e torna os produtos mais competitivos no mercado internacional.

3. CORREDOR PORTO VELHO-MADEIRA-GUAYARAMERÍN

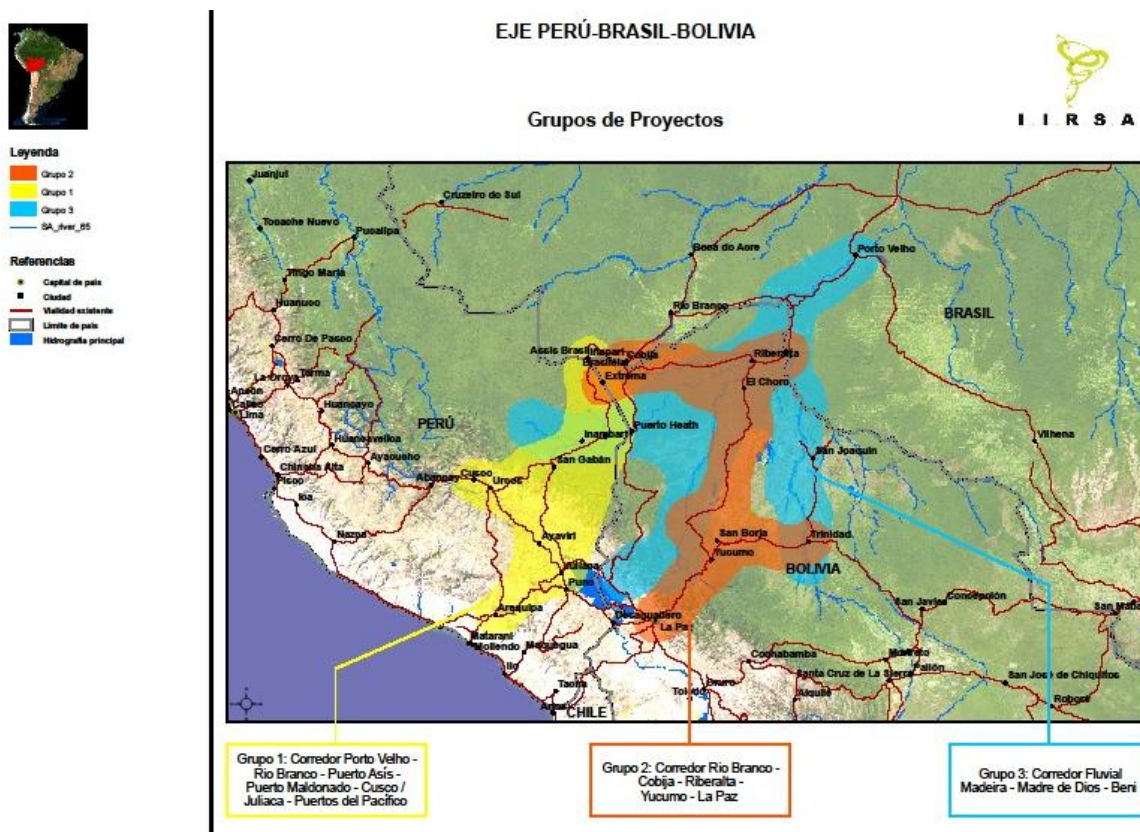
Este é o terceiro dos 3 grupos de obras que compõe o Eixo Peru-Brasil-Bolívia. Fazem parte dele as obras de:

- Navegabilidade do rio Madeira entre Porto Velho e Guayaramerín;
- Hidrelétrica de Cachuela Esperanza, no rio Madre de Dios, fronteira da Bolívia com o Brasil;
- Hidrelétrica Binacional Brasil-Bolívia;
- Navegabilidade do rio Beni.

²¹ CECEÑA, Ana Esther. Territorialidad de la dominación – Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). 2007. p. 17

As obras no trecho ampliarão a navegabilidade do rio Madeira até sua afluição, ao norte, com o Amazonas (trecho de 1056Km), a sudoeste com o rio Madre de Dios, onde será construída outra hidrovía (trecho de 600Km) e a sudeste até o encontro com o rio Mamoré, onde será instalada a Hidrovía Ichilo-Mamoré, juntamente com a construção da hidrelétrica Binacional Brasil-Bolívia.

Mapa1 – Eixo Peru-Brasil-Bolívia



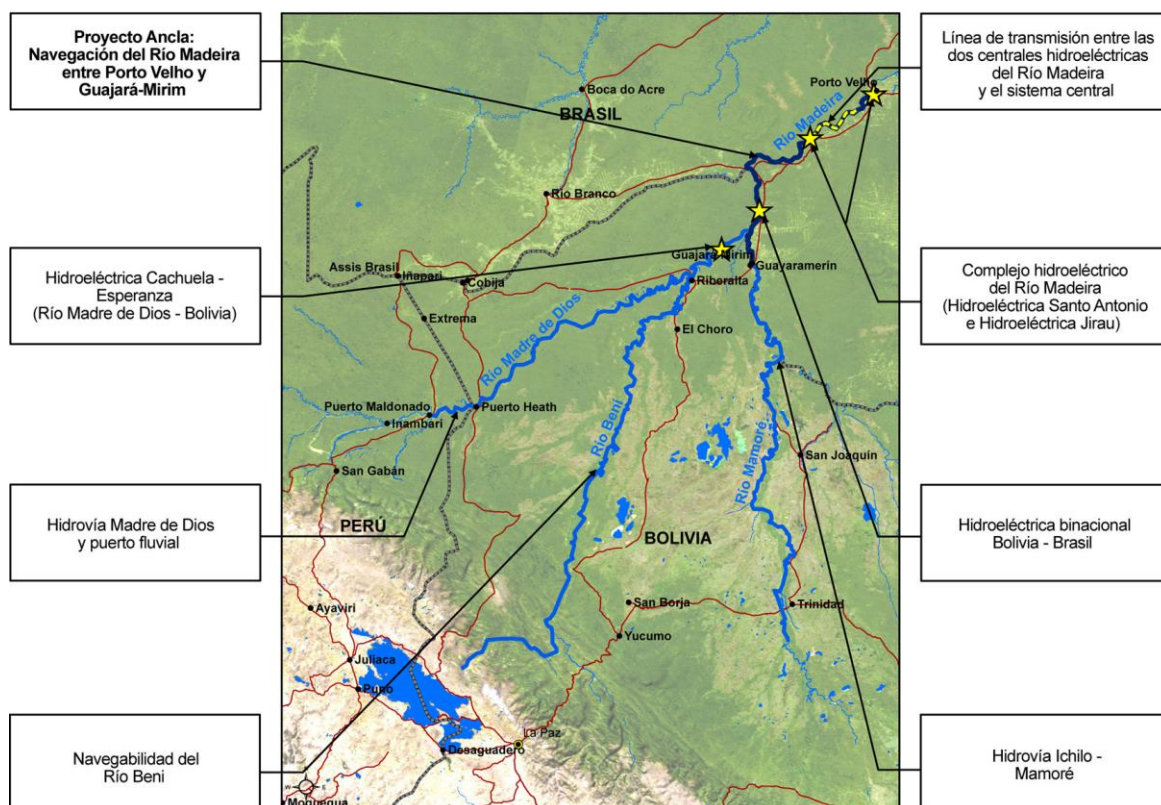
Fonte: IIRSA, 2008.

Segundo os cálculos da Furnas Centrais Elétricas e da Eletrobrás, serão mais de 4.200Km de hidrovias interiores. A hidrovía dos rios Madeira e Mamoré representará uma redução da ordem de 3.600 milhas náuticas no transporte de soja para a Ásia, representando uma economia de aproximadamente US\$30,00 por tonelada. (FURNAS)

Para Luis Fernando Novoa (2008) a chamada “saída para o Pacífico” não pode ser um mero corredor de exportação de matérias-primas, ao contrário, ele deve ser o resultado do fortalecimento das vocações econômicas próprias da região, o que não acontece no projeto IIRSA, que traz para a região prioridades econômicas que derivam dos grandes centros produtores de mercadorias. Ainda segundo o pesquisador, a questão

não é se devemos, ou não, nos inserir na economia do Pacífico, mas como o fazemos, com que autonomia e com que perfil de sociedade.

Mapa 2: Hidrelétricas e Corredor Porto Velho-Madeira-Guayramerín



Fonte: IIRSA, 2008

3.1. O RIO MADEIRA E A EXPORTAÇÃO DE SOJA

Escolhido por sua localização estratégica, o Rio Madeira compreende os estados brasileiros do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, além de parte da Bolívia e do Peru. É o segundo maior rio da Amazônia, com cerca de 1.000Km de extensão, e nasce da confluência entre os rios Mamoré, Beni e Madre de Dios, na fronteira noroeste do Brasil com a Bolívia.

Considerado um tesouro de biodiversidade, abrigando mais de 750 espécies de peixes, 800 de aves, e várias outras espécies, muitas ameaçadas, e outras tantas

desconhecidas. Responde por cerca de 15% do volume de água e 50% de todo o sedimento transportado pelo rio Amazonas para o Oceano Atlântico. Esta enorme carga de sedimentos regulamenta toda a dinâmica biológica das grandes áreas alagadas de várzea ao longo dos rios Madeira e Amazonas.

Sua bacia abrange uma área de 1,5 milhão de km², e o potencial de navegação já é aproveitado para transporte de cargas, em embarcações com mais de 6 toneladas. Segundo a visão de negócios da IIRSA para o eixo

el desafío consiste en investigar y desarrollar nuevos productos, delinear procesos y estrategia de mercado y principalmente mejorar y en algunos casos crear la conectividad entre mercados, desarrollando mayor escala empresarial.²²

Segundo dados da IIRSA, o potencial de produtos que exportados pela parte navegável do rio inclui principalmente soja, fertilizantes, derivados de petróleo, cimento, frutas, eletrodomésticos, veículos, produtos congelados e bebidas. A construção das eclusas em Jirau e Santo Antônio e a expansão da navegabilidade do Rio Madeira levará ao aumento das atividades ligadas a exportação com o consequente aumento do tráfico de grandes embarcações, do mercado logístico e, sobretudo, das lavouras de soja, que encontram condições ideais de clima na região.

O principal entrave à expansão da lavoura de soja pelo Brasil é a questão da distância até os portos exportadores e o alto custo do transporte. Com a expansão da fronteira da soja, na década de 1980, primeiramente para o Mato Grosso e depois para os estados da região centro-oeste e norte, a principal dificuldade enfrentada pelos agricultores era a grande distância até o porto de Paranaguá-PR que, em alguns casos, poderia chegar a mais de 3mil quilômetros, percorridos por meio de um oneroso transporte, que se constituía em um fator limitante à competitividade dos produtores daquela região. Da necessidade de solucionar os entraves logísticos associados ao escoamento de grãos, a iniciativa do grupo Maggi, da família Maggi, maior produtor de soja do país, em encontrar uma alternativa logística para a exportação da soja levou ao uso do rio Madeira. Ao invés de percorrer mais de 2.000 Km do norte do Mato Grosso até o porto de Paranaguá, poderia se utilizar o modal hidroviário por 900Km até Porto Velho (RO), seguindo daí por mais 1.050 Km até Itacoatiara (AM), de onde a soja seria despachada em navios graneleiros para a Europa, América do Norte e Ásia, através do

²² IIRSA. Visión de negocios del eje Perú-Brasil-Bolivia. 2008. p.9

canal do Panamá. Segundo os estudos do Grupo Maggi, na época, a nova rota representou uma economia de 22% do custo do transporte e estiva em relação ao escoamento tradicional via Paranaguá (LAZZARINI).

Estimativas do Banco Mundial apontam que os custos portuários no Brasil são 27% superiores aos da Argentina e Uruguai, isto sem incluir custos gerados por atrasos no embarque (críticos em época de safra), dificuldades burocráticas e as consequentes incertezas geradas ao planejamento de exportadores e importadores. Além disso, no Brasil a maior parte da movimentação de cargas é realizada por rodovias: cerca de 60%, contra menos de 40% nos Estados Unidos e Austrália e de 20% na China, justamente o modal de transporte de maior custo especialmente para distâncias mais longas. Estima-se que o custo do transporte de 1t de carga por 1.000 km em hidrovias é de cerca de US\$ 8-13, nas ferrovias sobre US\$ 25-30, e nas rodovias chega a US\$ 33-50. Este quadro é agravado pelo mal estado de conservação das estradas brasileiras, pela obsolescência da frota de caminhões e pelo congestionamento das rotas para os portos no período de safra. (LAZZARINI)

Segundo os cálculos da FURNAS, a construção das hidrelétricas e do novo corredor de exportação trará benefícios ambientais para a região amazônica, como a utilização do modal hidroviário em substituição ao rodoviário, a viabilização da diversidade agrícola, a eliminação do fluxo de madeira a deriva pelo rio e a substituição da geração de energia térmica. Ainda segundo a empresa, a geração de riquezas a partir da hidrovia será em torno de US\$ 2 bilhões para o Brasil e US\$ 4 bilhões para a Bolívia, com o aumento da produção agrícola, e US\$ 1,18 bilhão com a produção de energia no Brasil (FURNAS, 2003).

4. O COMPLEXO DO RIO MADEIRA

Depois da crise energética pela qual o país passou em 2001²³, e com o esgotamento da capacidade produtiva das principais bacias hidrelétricas do Sul e

²³ A chamada crise energética (ou crise do “apagão”) foi uma crise nacional que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica durante os dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. A crise foi causada por falta de chuvas, o que levou ao esvaziamento das represas, impossibilitando a geração de energia, e pela falta de planejamento e investimentos no setor. Durante a crise o governo fez uma campanha de racionamento voluntário, o que evitou a possibilidade de cortes forçados de energia elétrica.

Sudeste, o governo brasileiro passou a dar prioridade à região Norte com a construção de novas usinas na tentativa de reverter o quadro energético do país. Neste sentido, os últimos Planos Decenais de Expansão de Energia Elétrica²⁴ (PDE) definem como prioritário o aproveitamento máximo do potencial hidrelétrico da Bacia Amazônica, que possui 70% do potencial brasileiro ainda não utilizado (180 mil MW). Neste contexto, ganha importância o projeto de construção do Complexo Madeira, que recebe verbas do Programa Nacional de Crescimento (PAC) e da IIRSA, como uma das principais obras do eixo Peru-Brasil-Bolívia.

O projeto do Complexo Madeira foi apresentado pela primeira vez em 2003, pela Furnas Centrais Elétricas, durante o 1º Seminário Internacional de Co-financiamento do BNDES/CAF²⁵, com os seguintes objetivos expressos:

- i) Integração de infraestrutura energética e de transporte entre Brasil, Bolívia e Peru;
- ii) Consolidação de pólo de desenvolvimento industrial do agronegócio na região oeste;
- iii) Interligação elétrica dos estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso (oeste) ao Sistema Elétrico Interligado Brasileiro e Amazonas;
- iv) Acréscimo de 4.225 km de rios navegáveis a montante de Porto Velho (Brasil, Bolívia e Peru);
- v) Geração de energia em quantidade expressiva e de baixo custo;
- vi) Facilitação do acesso ao Oceano Pacífico e ao mercado asiático para o Brasil e a Bolívia; facilitação do acesso ao Oceano Atlântico e ao mercado europeu para a Bolívia e o Peru.

Diante da grandeza do empreendimento (ao todo são quatro hidrelétricas que afetarão diretamente a estrutura hídrica de rios do Brasil e da Bolívia) e da pressa em implementá-lo, o Poder Executivo brasileiro e os investidores adotaram a estratégia de fragmentar o projeto, a fim de facilitar os acordos políticos, a realização dos estudos de

²⁴ Os Planos Decenais de Expansão de Energia Elétrica são elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética (do Ministério de Minas e Energia) e estabelecem as bases quantitativas do planejamento para o setor elétrico em determinado período (2006-2015, 2007-2016, 2008-2017, 2019 e 2020). O objetivo do Plano é garantir o pleno atendimento da demanda de energia elétrica no Brasil, buscando assim afastar o risco de “apagões” ou desabastecimentos pontuais. Para tanto são formuladas projeções de crescimento da demanda, empreendimentos e investimento nos segmentos de geração e transmissão necessários para o equilíbrio entre a demanda e oferta.

²⁵ FURNAS, 2003. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_20.pdf> Acesso em 10 de junho de 2011.

impactos ambientais (EIA/RIMA) e a obtenção de licenças. Assim, sem nenhum entendimento prévio com o governo boliviano, deu-se início ao licenciamento de duas das quatro usinas (Jirau e Santo Antônio), apresentando-as como projetos isolados das demais obras. Mais tarde, tal atitude levou ao questionamento do governo brasileiro por parte do boliviano sobre a possibilidade da construção das duas Usinas Hidrelétricas (UHE) provocarem inundações no território vizinho. Questionamento também levantado por povos indígenas daquele país que vivem na fronteira com o Brasil.

Em 2004, a Furnas assinou o Termo de Referência do Projeto para realização dos Estudos de Impactos Ambientais do Complexo, responsabilidade que assumiu junto com a Construtora Odebrecht. Em março de 2007 o IBAMA negou a viabilidade ambiental do empreendimento devido às muitas falhas no diagnóstico apresentado e ao descumprimento do Termo de Referência assinado, conforme revela o parecer técnico do IBAMA 14/2007.

Logo após o primeiro parecer desfavorável foram realizadas mudanças na estrutura e na equipe de dirigentes do IBAMA e do Ministério de Meio Ambiente e, em junho, mediante o pedido de revisão do Parecer 14/2007, a nova direção do IBAMA muda de posição e atesta a viabilidade ambiental do projeto, emitindo a licença prévia. A legalidade do licenciamento foi alvo de denúncias na Comissão Interamericana de Direitos Humanos por parte de movimentos sociais do Brasil e da Bolívia, e foi questionada até mesmo pela 4ª Câmara Técnica da Procuradoria da República.

Logo após a concessão do licenciamento prévio, em 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou o leilão de concessão para construção e venda da energia da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. O leilão foi vencido pelo consórcio Madeira Energia, composto pela Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda (17,6%), Construtora Norberto Odebrecht S/A (1%), Andrade Gutierrez Participações S/A (12,4%), Cemig Geração e Transmissão S/A (10%), Furnas Centrais Elétricas S/A (39%) e Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP) - formado pelos bancos Banif (Banco Internacional do Funchal) e Santander (20%). O grupo arrematou o empreendimento com um preço final de R\$78,87/MWh, 35% abaixo do inicialmente pedido pela Aneel, de R\$122/MWh²⁶.

²⁶Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 10-12-2007, disponível em: http://www.epe.gov.br/leiloes/Paginas/Leil%C3%A3o%20UHE%20Santo%20Ant%C3%B4nio%20-%20Rio%20Madeira/LeilaoMadeira07_10.aspx?CategoriaID=40> Acesso em: 10/06/2011

Da energia total a ser produzida pela usina, 70% será negociada junto ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), formado pelas empresas de distribuição, por meio da realização de leilões de energia. A produção restante será destinada ao mercado de livre contratação. A UHE de Santo Antônio deve gerar 2.200 MW de energia, com potencial instalado de 3.115MW. Cada MW gerado corresponderá a uma inundação de 0,03Km², com inundação total prevista em torno de 94,5 Km².

Um ano após o primeiro licenciamento, a Aneel realizou o leilão para construção da Usina de Jirau, vencido pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil, formado pela franco-belga Suez Energy South América Participações (50,1%), Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura (9,9%), Eletrosul Centrais Elétricas (20%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (20%). O consórcio se dispôs a cobrar R\$ 71,37/MWh, com um deságio de 21,5% em relação ao preço máximo estabelecido pelo governo, de R\$ 91/MWh. Da mesma forma que em Santo Antônio, 70% da energia será destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), cabendo ao Ambiente de Contratação Livre (ACL) os 30% restantes.²⁷ Jirau terá capacidade para produzir 2.000MW de energia, com potencial instalado de 3.300MW. Neste caso, cada MW gerado corresponderá a uma inundação de 0,04Km², com inundação total de cerca de 132Km².

O financiamento das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira segue o modelo definido pelo Banco Mundial de “gestão eficiente” do Estado que compreende financiamento de empresas estatais, além dos chamados *Project Finance* e Sociedades de Propósito Específico (SPE). Este modelo de financiamento pressupõe um rigoroso enquadramento de custos, em especial, o regulatório. Sendo assim, no modelo *Project Finance*, o desempenho econômico do projeto determina sua viabilidade financeira (Dhesca, 2008).

Por isso entram na composição da taxa de retorno a antecipação da operação das usinas e a consequente flexibilização da regulamentação setorial, trabalhista, ambiental e social, bem como a fiscalização correspondente, para que se obtenha o máximo aproveitamento em menor tempo. Com isso, os dois consórcios pretendem antecipar a operação das usinas em até 11 meses, o que torna a velocidade de construção uma variável importante para a viabilidade econômica do empreendimento.

²⁷ Fonte: Agência de Pesquisa Energética (EPE), 19/05/2008, disponível: <http://www.epe.gov.br/leiloes/Paginas/Leil%C3%A3o%20UHE%20Jirau%20-%20Rio%20Madeira/LeilaoJirau_11.aspx> Acesso em: 10/06/2011

Segundo a visão de negócios da IIRSA para o Complexo,

una obra de estas características va a mudar la visión de negocios de toda la región, principalmente por todo lo potencial energético para su consumo y principalmente exportación, pero la oportunidad de darle navegabilidad al río debe ser aprovechada.²⁸

A localização do Complexo do Rio Madeira é estratégica dentro da IIRSA e fundamental para a consolidação do eixo Peru-Brasil-Bolívia. Segundo a visão estratégica do projeto

este eje es vital para darle vida a una de las regiones más ricas enquanto a recursos naturales y de desarrollo sostenible con que cuenta la humanidad; generando un núcleo de conexión de esta zona con el resto del continente, urgente para su supervivencia y control del desarrollo sostenible del lugar.²⁹

A construção do Complexo Hidrelétrico e da hidrovia é defendida pelos governos federal, estadual e municipal com o argumento de promover o desenvolvimento industrial e social da região, com incremento no setor de produção e de serviços, qualificação de mão-de-obra, além da geração de energia fundamental para o avanço do sistema produtivo do norte, sudeste e centro-oeste do país.

O jornalista Sérgio Pires³⁰, colunista do jornal *Folha de Rondônia* e apresentador do programa semanal “*Candelária Debate*” na *TV Record*, concorda que a construção das usinas promoverá o crescimento da região. Sérgio considera que a geração de energia elétrica pelas de Santo Antônio e Jirau será fundamental para o país. “Não há nada viável economicamente, ao menos por enquanto, que a energia gerada em hidrelétricas, ela é limpa e sem riscos.” Ao contrário de centrais nucleares, que trazem consigo muitos perigos a um custo inviável. “Em um país com as dimensões do Brasil, com o crescimento da população e o aumento do consumo de energia, graças à inclusão social, se não houver pesados investimentos nesta área, corremos o risco de não termos como manter nossos avanços pelo desabastecimento.”

²⁸ IIRSA. Visión de negocios del eje Perú-Brasil-Bolivia. 2008. p.31

²⁹ IIRSA. Visión de negocios del eje Perú-Brasil-Bolivia. 2008. p.7

³⁰ Entrevista na íntegra no anexo 4.

Sobre este aspecto, o relator da Plataforma Dhesca³¹, Guilherme Zagallo, lembra que “a geração de energia à essa distância promoverá um custo adicional elevado e impactos socioambientais com a construção de longas linhas de transmissão.” Rondônia não possui um consumo de energia que justifique a construção das usinas, sendo assim, toda energia gerada tem de ser levada à região sudeste por meio de grandes linhas de transmissão, o que encarece o custo final do produto.

Ainda segundo Zagallo, a forte migração causada pela construção dos empreendimentos e a retomada do padrão de construção de grandes hidrelétricas na Amazônica permitem afirmar que os empreendimentos vão por acelerar o processo de desmatamento e exploração desordenada da Amazônia. Na Plataforma Dhesca há um grande temor que os empreendimentos semelhantes que estão em planejamento ou início de implantação acabem por repetir de forma ampliada as violações de direitos causadas pelos empreendimentos do Rio Madeira.

O jornalista Sérgio Pires também reconhece que o desmatamento aumentou em função da construção das usinas e vê este fator como um risco para a região.

As próprias obras mudaram a paisagem, desviaram o curso do rio Madeira e influenciando diretamente em perdas ambientais. Tribos indígenas também foram prejudicadas. Mas mesmo com tudo isso, o balanço ainda é positivo se pensarmos em Rondônia como um todo e na energia gerada, que vai abastecer as casas de mais de 20 milhões de brasileiros país afora, principalmente do centro sul.

Dentre os benefícios trazidos pelas obras ele destaca a geração de mais de 35 mil empregos diretos e indiretos, o aumento da população da Capital em mais de 100 mil habitantes nos últimos três anos, o crescimento da economia acima dos níveis chineses com incremento da construção civil.

Com os vultosos investimentos nas usinas, cresceu tudo em torno das obras. Primeiro, foram as atividades ligadas a elas, incluindo novas indústrias, algumas delas pesadas, produzindo aqui peças e equipamentos para Santo Antônio e Jirau. Há empresas industriais atuando, como a Indústria Metalúrgica da Amazônia (IMA) e outras em fase de negociação de áreas e início de construção de prédios. O crescimento econômico se deu num todo. Com tanto

³¹ A Plataforma Dhesca Brasil é uma entidade nacional que articula 36 movimentos e organizações da sociedade civil na promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (doravante abreviados em Dhesca) visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia.

dinheiro circulando, melhorou o comércio em geral, a construção civil nunca cresceu muito, o setor de serviços importou de outras regiões dezenas de profissionais em diferentes áreas. O setor da agroindústria e produção primária, que já era destacado na economia de Rondônia, também cresceu neste contexto em que dinheiro tornou-se abundante. Toda a economia girou com uma injeção financeira jamais vista na história do Estado.

Outra linha, que questiona a construção das usinas nos moldes em que elas se apresentam defende que, por ser um projeto de grandes dimensões sociais e econômicas, a construção do Complexo Madeira coloca em debate as linhas mestras que irão ditar o desenvolvimento futuro da região amazônica e do país como um todo.

Em primeiro lugar, é a feição da Amazônia que está em questão. Sem projeto nacional para impor contornos ao poder irradiador dos mercados, sem prioridades sociais, ambientais e intergeracionais claramente identificadas, a região ingressará desguarnecida no novo estágio de internacionalização, que se avizinha. A região vai servir de trampolim para um ‘salto elétrico’, à disposição do setor privado, ainda que sob impulso da Eletrobrás. De fronteira agrícola a ‘fronteira elétrica’, a Amazônia vai retroalimentar sua destruição. O Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (2006-2015) já definiu que o caminho previsto para a expansão é o aproveitamento máximo da Bacia Amazônica.³²

A construção de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e de Belo Monte, no Pará, consolidará o novo perfil da região, voltado para a disponibilização de excedentes energéticos, a fim de atrair segmentos da indústria que fazem uso intensivo de energia, como a indústria pesada de transformação. Trata-se de uma reedição da desastrosa política de incentivos para a ocupação da Amazônia, agora com implementação de infraestruturas com impactos muito menos reversíveis (GARZON, 2008).

Dentre os setores contrários à construção do Complexo estão o Movimento dos Atingidos por Barragens, algumas associações de moradores reassentados, a Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica e a Plataforma Dhesca Brasil.

³² GARZON, Luis Fernando Nova. O licenciamento automático dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil: o caso das Usinas do Rio Madeira. Revista Universidade e Sociedade. Ano XVIII, n 42 Junho de 2008. ANDES-SN. Brasília. p. 37

O Ministério Público Federal, a Superintendência Regional do Trabalho, e em menor intensidade do Ministério Público Estadual e do Trabalho atuam exigindo o cumprimento da legislação.

5. A QUESTÃO DAS BARRAGENS

Os graves problemas causados pelas mudanças climáticas têm levado a comunidade internacional a debater alternativas aos combustíveis fósseis, principais responsáveis pelo fenômeno. Esta busca por fontes alternativas de energia também é reforçada pela previsão do esgotamento, a médio prazo, das reservas mundiais de petróleo, a principal matriz energética em todo mundo. Neste contexto, acentua-se a corrida mundial pelo desenvolvimento de outras fontes como os agrocombustíveis, a biomassa, a energia solar e eólica, ao mesmo tempo em que se confere um status de “energia limpa” à energia hidrelétrica e mesmo à energia nuclear. (DHESCA, 2008)

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em recursos de água doce, o que lhe permitiu vangloriar-se de uma matriz energética limpa. Existem aproximadamente 2000 barragens no país, sendo 534 de grande porte, número que deve aumentar na medida em que se concretizam as obras do PAC e da IIRSA. Deste total, 39 barragens estão planejadas no estado de Rondônia, sendo as prioritárias as hidrelétricas do rio Madeira. Além das UHE do Madeira, estão previstas na Amazônia as usinas de Belo Monte, no rio Xingu, e outras nos rios Tapajós e Tocantins.³³

Entretanto, ao contrário do discurso governamental disseminado pela grande mídia, e corroborado por agências internacionais de desenvolvimento, a produção de energia a partir de usinas hidrelétricas não pode ser considerada como limpa. Estudos indicam que, além da enorme destruição social, econômica e cultural que causam, as barragens provocam muitos problemas ambientais.

Dentre os danos mais comuns estão a decomposição do material orgânico com a consequente emissão de gases causadores do efeito estufa, como o metano e o carbônico; acúmulo de material orgânico, que leva à proliferação de microorganismos que aumentam a acidez da água e metabolizam metais pesados como o mercúrio, fazendo-os ingressar na cadeia alimentar. Com isso contaminam-se peixes, animais e

³³ Dados da Comissão Mundial sobre Barragens. Disponível em:
http://www.novaimprensa.inf.br/comissao_mundial_de_barragens.html

seres humanos. O acúmulo de mercúrio em seres humanos além do recomendável leva a perturbações neurológicas graves, como se constatou muitas vezes no Brasil e no Canadá (BOUGUERRA, 2003).

A Comissão Mundial sobre Barragens (CMB), comissão internacional, independente e multilateral, financiada pelo Banco Mundial e por diversas empresas que exploram energia elétrica, criada com o intuito de dirimir controvérsias associadas à construção de barragens e propor soluções, ao apresentar o relatório final dos seus trabalhos no dia 16 de novembro de 2000, concluiu que as grandes represas têm sido incapazes de garantir os seus objetivos, produzindo menos energia, irrigação e controle de enchentes do que o projetado, muitas delas se revelando antieconômicas, mesmo deixando-se de lado os seus custos sociais e ambientais. Mais importante, a CMB afirma que a construção de barragens tem provocado significativos impactos sobre os meios de subsistência de comunidades inteiras e sobre o meio ambiente e têm sido infrutíferas as tentativas de mitigar esses impactos.³⁴

O relatório desta instituição também revela que a construção de barragens tem prejudicado o acesso à água potável: estima-se que cerca de 0,5% a 1% do total da capacidade de armazenamento de água das barragens existentes é perdida a cada ano para sedimentação em pequenos e grandes reservatórios pelo mundo, o que significa que 25% do potencial de água potável existente no mundo pode ser perdido nos próximos 25 a 50 anos se não houver controle da sedimentação. Este risco é ainda maior em países subdesenvolvidos, que possuem níveis mais altos de sedimentação.

Outro aspecto da construção de grandes usinas hidrelétricas é o fato de que elas raramente trazem algum benefício para as comunidades locais. Na maioria das vezes, estas estruturas servem de subsídio indireto do poder público às grandes corporações, muitas delas transnacionais, cuja competitividade no mercado internacional se dá graças à energia barata que lhes é fornecida em países do terceiro mundo.

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Tucuruí, o governo federal gastou mais de US\$10 bilhões, inundou cerca de 3.000Km² de florestas, deslocando comunidades indígenas e ribeirinhas que, até hoje, não têm acesso à energia elétrica ou pagam um preço alto pela luz. Por outro lado, a energia produzida em

³⁴ ZAGALLO, José Guilherme Carvalho e LISBOA, Marijane Vieira. **Violações dos direitos humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira – Relatório nacional para o direito humano ao meio ambiente.** Plataforma Dehesca Brasil: Abril, 2008 p. 7

Tucuruí é fornecida a preço subsidiado a empresas transnacionais que industrializam alumínio para exportação. Ainda segundo o MAB, metade da energia gerada no Brasil é destinada às chamadas indústrias eletrointensivas (alumínio, siderurgia, celulose), e os 6% da população mundial que vive nos países ricos consome mais de 1/3 da energia produzida no mundo.³⁵

No Brasil, de acordo com o movimento, 1 milhão de pessoas já foram expulsas de suas terras por causa da construção de barragens, sendo que 70% delas não receberam qualquer tipo de reparação. Ainda, mais de 32 mil Km² de terra fértil já foram inundados pela criação dos reservatórios.

O projeto de construção das hidrelétricas do rio Madeira é característico por fazer uso de um tipo de engenharia conhecida com “fio d’água”. Significa dizer que a área inundada será menor do que geralmente se costuma projetar na construção de barragens no Brasil. A altura da barragem de Santo Antônio será de 14 metros, enquanto a de Itaipú tem 120 metros. Isso ocorre porque a turbina que será usada para geração de energia no Madeira será do tipo Bulbo, que necessitam de uma pequena queda d’água com grande volume de vazão. (ALMEIDA, 2010)

Mas isso não significa que o impacto da construção da usina sobre o meio ambiente será menor, principalmente levando-se em consideração a importância e a complexidade do bioma amazônico. O rio Madeira é o principal afluente do Amazonas, ele é responsável por 50% da carga de sedimentos que chegam a este rio, e contribui com uma vazão média anual de 32.000m³/s. Este quadro será alterado após o represamento do rio para formação do lago das hidrelétricas. Parte dos sedimentos ficará represada, alterando as condições de fertilização de várzeas e lagos do baixo Madeira e do Amazonas, afetando o ecossistema e a agricultura da região.

As barragens também devem afetar o regime da migração de peixes como o dourado, espécie que migra da foz do Amazonas até a Bolívia. Mesmo com a construção de escadas para passagem dos peixes, a experiência de outras barragens já provou que o fluxo genético, importante para a manutenção das espécies, é alterado, uma vez que os peixes maiores não conseguem transpor as escadas.

Outro risco ainda em estudo é o da concentração de mercúrio (Hg) fruto do intemperismo das rochas e da lavagem do solo devido a atividades agropecuárias e exploração de ouro. Esta atividade é histórica no rio Madeira, e estudos mostram que as

³⁵ Dados do MAB. Disponível em: http://www.social.org.br/denuncias_1.htm

populações ribeirinhas estão consumindo Hg por meio da ingestão de peixes, que já atingem concentração do metal acima dos valores recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). (BASTOS, 2006 *in* ALMEIDA, 2010)

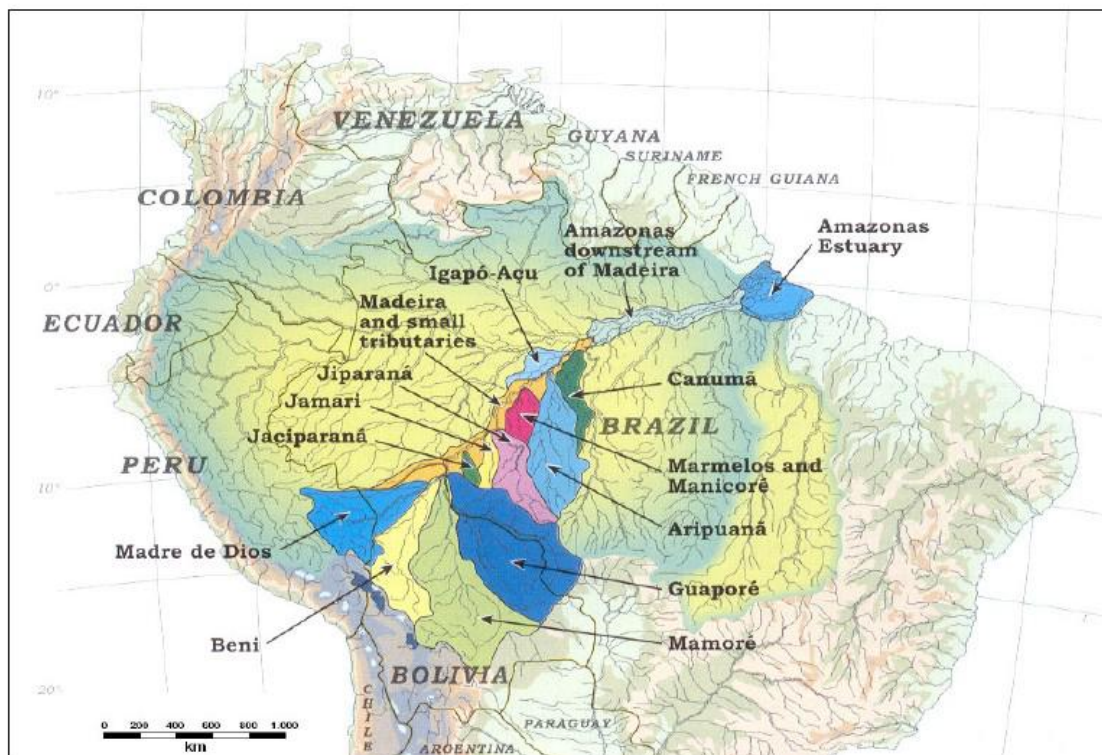
A facilidade no transporte de mercadorias a partir de ampliação da hidrovia sobre o rio Madeira deve provocar o aumento da cultura de soja na região, processo que já vem sendo denunciado por organizações como o MAP (Madre de Diós-Acre-Pando) organização formada por moradores da tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru. O avanço desta monocultura é uma ameaça ao ecossistema local, promove o desmatamento ilegal e o uso de agrotóxicos altamente poluentes.

6. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS USINAS DE JIRAU E SANTO ANTÔNIO

O processo de implementação das hidrelétricas do rio Madeira vem sendo acompanhado de perto por entidades como a Dhesca Brasil, o MAB, o grupo de pesquisas “Poder Político e Políticas nas bordas da Amazônia”, chefiado pelo Professor Dr. Luis Fernando Novoa Garzon da Universidade Federal de Rondônia e a Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e Economia Solidária da Amazônia Ocidental (ADA AÇAÍ).

A Plataforma Dhesca destaca a função essencial do licenciamento para atender ao princípio da precaução ambiental e à garantia de direitos fundamentais das populações. Na avaliação da instituição, este instrumento vem sendo desmoralizado na medida em que os órgãos ambientais de fiscalização e controle submetem-se aos ditames de outros setores do poder executivo e aos interesses do poder privado.

Dentre as falhas encontradas pela relatoria da Dhesca na inspeção realizada em 2008 então a exclusão da área total Bacia do Rio Madeira – que abarca Brasil, Bolívia e Peru – dos estudos de impactos ambientais, conforme recomendou o Termo de Referência do IBAMA. Os estudos foram realizados apenas no local de construção das barragens, prejudicando a avaliação global dos impactos sucessivos e cumulativos que ocorreriam com a implementação dos demais projetos.



(modificado de Goulding et al., 2003)

Mapa 4: Mapa esquemático mostrando a localização das principais bacias tributárias do rio Madeira.
 FONTE: IBAMA, 2007.

Com essa exclusão, o governo brasileiro violou os princípios do direito internacional que tratam da soberania dos países e da autodeterminação dos povos³⁶, além de uma série de acordos e tratados internacionais entre os países envolvidos, como a Declaração de Montevideo³⁷ (Resolução LXXII da 7ª Conferência Internacional Americana - 1993), a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Naturais dos Países da América, e o Princípio 2 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)³⁸

Ainda segundo o relatório da Dhesca, a caracterização da necessidade do empreendimento é insatisfatória, e não houve estudos sobre alternativas de menor impacto ambiental. O aumento da produção de energia elétrica e a construção de

³⁶ O Princípio de autodeterminação dos povos está presente na Carta das Nações Unidas, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos; na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como na Declaração e Programa de Ação de Viena.

³⁷ A Declaração de Montevideu busca estabelecer a complementaridade e corresponsabilidade das ações em águas internacionais, firmando conceitos como o de "*interesses comuns*" dos países ribeirinhos e "*soberania territorial limitada*" sobre os recursos hídricos compartilhados, a fim de proporcionar a todos os países um acesso razoável e equitativo às águas.

³⁸ Define que os Estados têm o direito de aproveitar seus próprios recursos com a responsabilidade de evitar que suas atividades causem danos ao meio ambiente de outros Estados.

hidrovias são apresentados como correspondendo ao interesse geral do país, embora não sejam fornecidos dados nem argumentos que fundamentem tal tese.

Outro aspecto apontado pela relatoria é a não realização de consulta pública junto às várias populações tradicionais e povos indígenas³⁹ que se encontram na esfera de abrangência dos empreendimentos, violando, portanto, a necessidade do consentimento prévio desses povos. Foram realizadas apenas quatro audiências públicas nas cidades de Mutum, Porto Velho, Abumã e Aquários, todas no estado de Rondônia. Ainda sim, segundo informações dos moradores, elas não permitiram a real participação dos presentes, reduzidos à condição de ouvintes de discursos técnicos de difícil compreensão.

Quanto aos danos ao meio ambiente e, conseqüentemente, às populações envolvidas, o relatório ainda aponta uma série de acordos e tratados⁴⁰ descumpridos pelo Estado Brasileiro a partir da construção das usinas de Jirau e Santo Antônio além da ofensa ao direito humano à saúde (aumento do risco de contaminação por mercúrio, proliferação de malária e da ausência de estudos sobre a qualidade da água), à alimentação segura, trabalho, acesso à terra e moradia adequada e agressão ao patrimônio histórico.

Segundo os estudos da Dhesca, a migração para a cidade de Porto Velho foi 22% superior ao previsto pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), conforme dados do CENSO de 2010 (IBGE). Em consequência da explosão demográfica, cresce o déficit no sistema habitacional, de saúde, educação e segurança.

O crescimento populacional foi acompanhado pelo aumento da violência: o número de homicídios dolosos cresceu 44% entre 2008 e 2010, a quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual subiu 18%, e o número de estupros cresceu 208% entre 2007 e 2010. Os índices de prostituição também cresceram, apesar de não

³⁹ Desrespeito à Convenção 169 da OIT, à Declaração dos Povos Indígenas da OEA e da ONU, aos artigos 215, 216 e 231 da Constituição Federal e o Decreto 6040/2007 da Presidência da República que institui a política nacional de desenvolvimento das comunidades tradicionais. Ainda se tratando de situação em que grupos indígenas isolados sofrerão impacto, destaca-se o risco de extermínio desses grupos, aplicando-se ao caso a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio;

⁴⁰ A ofensa ao Direito Humano ao meio ambiente equilibrado e à proteção à biodiversidade está prevista na Declaração Universal de Direitos Humanos; no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; no Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos, na Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente, na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Agenda 21, na Carta da Terra de 1997, na Convenção sobre Mudanças Climáticas, na Convenção sobre Diversidade Biológica e nos compromissos assumidos durante a Cúpula do Milênio; todos ratificados pelo Estado brasileiro.

haver indicadores estatísticos a respeito. Nos dias de pagamento de salários dos operários das obras as comunidades percebem de forma ostensiva a ocorrência de prostituição, inclusive infantil (DHESCA, 2011).

O acelerado crescimento demográfico foi a principal reclamação constatada em entrevistas realizadas com moradores de Porto Velho. Segundo Francineide Costa⁴¹, estudante de direito de 47 anos, “a chegada dos imigrantes trouxe novas doenças para a cidade, o trânsito piorou, tudo está mais caro, e existem filas intermináveis em todos os lugares.” A estudante relata que não é a primeira vez que Porto Velho passa por esse tipo de crescimento.

Já vivenciamos isso, não faz muito tempo. Com a retirada dos garimpos e fim das obras da Hidrelétrica de Samuel, os índices de desemprego dispararam, as consequências foram o aumento de furtos, homicídios e latrocínios. Lojistas amargando prejuízos incalculáveis, pois os imigrantes compravam em suas lojas à prazo, abasteciam caminhões e iam-se embora, sem jamais pensar em retornar pagar suas compras.

Para o jornalista Sérgio Pires há uma grande diferença entre a bolha de crescimento causada pelas usinas e a realidade de Porto Velho após as obras.

Começa-se a tratar do ensino profissionalizante mas, terminadas as obras, cerca de 30 mil trabalhadores poderão ficar sem emprego. Fala-se que o próprio mercado absorverá uma parte e que a construção de outras usinas na região também utilizarão alguns milhares de empregados, com experiência em construções do gênero. Mas um grande contingente ficará sem nada. Prevê-se a "ressaca" pós-usinas. A falta de estrutura básica deve piorar, até porque a população cresceu muito mais do que se poderia esperar e a necessidade de serviços obviamente é muito maior do que a conseguida. Os mais otimistas acham que as usinas, no final das contas, trarão muito mais avanços que problemas. Os pessimistas defendem que Rondônia ficará apenas com os problemas pós-usinas. Nem a energia que será gerada aqui atenderá às necessidades do estado. Vai abastecer milhões de residências, o comércio e a indústria das regiões mais ricas do país. Dentro de algum tempo, saberemos quem tem razão nestas previsões.

A implementação das hidrelétricas possui uma área de influência direta que atinge 24 comunidades do entorno de Porto Velho e deve deslocar cerca 1.110 famílias

⁴¹ Ver entrevista complexo no anexo 4, entrevista 4.

(MEIRELLES, 2009). Quanto ao ressarcimento e indenizações das populações afetadas pelas obras, os estudos da Dhesca apontam a existência de reclamação generalizada de piora das condições de vida por redução da receita das populações removidas⁴², assim como de má qualidade das casas e vias públicas construídas pelos consórcios responsáveis pela instalação das hidrelétricas. Os agricultores reclamam que receberam lotes menores (de 3 a 9 hectares) e em áreas com produtividade inferior. Os pescadores reclamam que tiveram seu local de pesca interditado para realização das obras, além de serem deslocados para área já ocupada por outros pescadores, ou para conjuntos habitacionais distantes do rio.

As obras de compensação de danos apresentam falhas, como em um dos tanques do chamado Moderno Sistema de Tratamento de Esgoto do Distrito de Nova Mutum-Paraná, que explodiu, despejando litros de esgoto pelas ruas do vilarejo. Os tanques foram doados pela Empresa Energia Sustentável do Brasil, responsável pela construção de Jirau.

No processo de assentamento das comunidades de Mutum-Paraná, Jirau e Engenho Velho, foi subestimada a demanda de vagas nas escolas públicas, e o resultado é que 195 crianças estão sem acesso à educação, apesar da construção de duas escolas – uma que ficou sob responsabilidade do município, e outra que foi concedida a um grupo privado para atender aos filhos de funcionários graduados das obras de Jirau.

Segundo o relato de Fernando Ka Heng Mo⁴³, membro da ONG Núcleo de Apoio aos Ribeirinhos da Amazônia (NAPRA), os projetos de compensação não são plenamente implementados. É o caso do Programa de Ação Ambiental, de responsabilidade de ONG Amazônia Brasil, contratada pelo Consórcio Santo Antônio Energia para desenvolver projetos de compensação de danos. “Os ribeirinhos estão desacreditados com o trabalho da Organização, que recebe a verba dos programas e não dá retorno às comunidades sobre os projetos, o processo não é claro, existe muita burocracia, pouca possibilidade de participação, e pouco retorno para essas comunidades.”

Mas as denúncias de irregularidades mais conhecidas pela sociedade são as que surgiram a partir greve e da revolta protagonizada pelos operários de Jirau entre os dias 15 e 17 de março de 2011. A revolta, amplamente noticiada pela grande mídia nacional,

⁴² A chamada Área de Influência Direta do empreendimento envolve 24 comunidades com cerca de 1.100 imóveis.

⁴³ Ver entrevista completa no anexo 4, entrevista 3.

resultou na queima de 54 ônibus e 70% do acampamento dos trabalhadores da obra. Antes desse episódio, em 2009, os trabalhadores de Santo Antônio realizaram uma greve de 15 dias por melhores condições de trabalho.

Após a revolta de 2011 a relatoria da Plataforma Dhesca compareceu ao canteiro de obras de Jirau e entrevistou os operários para averiguar as denúncias de violação dos direitos humanos no local. Os depoimentos dos operários apontam a ocorrência de medidas coercitivas pela segurança patrimonial, a existência de um “cartão fidelidade” para pagamento de vantagens fora da folha de pagamento para empregados que não faltam, não tiram férias, não adoecem e não visitam a família, e o tratamento diferenciado e inferior para trabalhadores contratados fora do Estado por intermediadores de mão de obra.

A Superintendência Regional do Trabalho de Rondônia (SRT/RO), também ouvida na ocasião, aponta a existência de 1.000 autuações por violação à legislação trabalhista, a ocorrência de seis mortes por acidentes do trabalho nos canteiros de obras, e a libertação de 38 trabalhadores mantidos em condições análogas à escravidão, contratados por uma empreiteira prestadora de serviços em Jirau.

Segundo o relator da Dhesca, Guilherme Zagallo, os consórcios responsáveis pela obra ignoraram as denúncias. “Desde o início a estratégia dos consórcios foi de criminalização dos trabalhadores, atribuindo a vândalos ou assaltantes a iniciativa do tumulto como forma de permitir a realização de furtos em caixas eletrônicos instalados nos empreendimentos.”

O Governo Federal tinha como foco de sua atuação restabelecer a construção das usinas. Foram realizadas uma série de reuniões, coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República, buscando uma mediação com os trabalhadores revoltosos no sentido de restabelecer a construção das usinas. Na época se cogitou numa revisão das normas referentes à construção de grandes empreendimentos, como a limitação e melhoria do padrão dos alojamentos, mas passada o momento inicial essas propostas não avançaram. Alguns setores do Governo tentaram mesmo manter a imagem dos empreendimentos como exemplos de sustentabilidade.

Quanto à atuação do BNDES, Zagallo afirma que o banco inspecionou o empreendimento um mês antes da revolta. “Isso permite inferir que os padrões de fiscalização do BNDES são insuficientes.” Além disso, após a revolta o banco limitou-

se a afirmar que se o projeto estava licenciado ambientalmente, não havendo, portanto, motivos que o impedissem seu financiamento.

Ainda segundo o depoimento de Zagallo, houve uma receptividade maior dos moradores de Porto Velho em relação às denúncias surgidas a partir da greve de Jirau, o que modificou a percepção que parte da sociedade local tinha em relação a esses projetos, que eram apresentados como empreendimentos modelo. Em parte porque a revolta de Jirau causou um êxodo de milhares de trabalhadores para a cidade durante alguns dias, causando insegurança na população, embora os dados do sistema de segurança pública não indiquem um número maior de ocorrências policiais nesses dias.

Na opinião de Francineide, “a greve mais parecia com ato de terrorismo mesmo. Injustificável. Porto Velho parou, as pessoas não saiam de casa, temendo a violência. Herança maldita deste tipo de desenvolvimento.”

As greves e revoltas ocorridas devem-se ao fato de que as hidrelétricas estão sendo construídas em prazo inferior ao previsto pelo leilão de venda de energia. A aceleração no cronograma de obras visa a maximização de lucros para os empreendedores, a partir da venda antecipada de energia a preços maiores do que os definidos pelo contrato de concessão. Segundo Zagallo, o meio encontrado pelas construtoras de antecipar a operação das usinas foi com a contratação de um contingente de trabalhadores superior ao previsto no EIA/RIMA, uso intensivo de horas extras, adoção de medidas de segurança patrimonial abusivas e cuidados insuficientes com as condições de saúde e segurança do trabalhador.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto IIRSA tem uma estrutura claramente identificada com o receituário neoliberal e pensada de forma a eliminar as debilidades que dificultam a execução dos Tratados de Livre Comércio em vigor na região. Sua concretização facilitará o acesso aos recursos naturais estratégicos da região para as maiores economias do mundo, o que deve aprofundar o caráter de exploração colonialista do subcontinente.

O projeto de integração física sul-americana busca inserir os países na divisão internacional do trabalho em conformidade com o frágil pressuposto de que a atração de empresas está necessariamente ligada ao crescimento econômico e às melhorias sociais.

Este discurso é defendido pelos governos da região e assimilado por parte da população, que acabam assumindo os interesses das grandes empresas transnacionais como seus.

No entanto, ao invés de elevar os países da região a uma posição superior na divisão internacional do trabalho, os dados mostram que está em curso um processo de reprimarização das economias nacionais. À exceção do Brasil, que deve manter seu parque industrial, sustentado, sobretudo, pelas exportações de produtos industrializados para os países da região e da África; as demais economias sul-americanas passarão a depender, cada vez mais, da exportação de *commodities*. Esta dependência torna suas economias suscetíveis às especulações financeiras da bolsa de valores, e aos riscos colocados pela atual crise econômica, que tende a afetar a demanda e o preço dos gêneros primários.

Somados à fragilidade das leis ambientais e trabalhistas, este processo deve ter consequências desastrosas para o meio ambiente e para as populações locais. O recente processo migratório de indústrias pesadas, que saem de seus países de origem com destino à América do Sul, em busca de maiores vantagens competitivas e fontes abundantes de matérias primas é apenas um exemplo dos problemas que virão pela frente. Após serem recusadas em seus países de origem em função de suas atividades altamente poluidoras, estas empresas encontram aqui condições ideais para desenvolver suas atividades.

Os grandiosos empreendimentos da IIRSA, custeados pela sociedade, revestem-se das promessas de desenvolvimento, geração de emprego e competitividade, mote dos governos dos países de terceiro mundo. Na prática, implantam a desordem em escala local, e alienação em escala nacional, na medida em que servem a reduzidas frações do Capital nacional e estrangeiro.

O exemplo da construção do Complexo Madeira ilustra como se dá este processo. Os investimentos bilionários nas usinas provocam o crescimento desordenado da região de Porto Velho, deslocando populações indígenas e ribeirinhas para a cidade e atraindo centenas de imigrantes atraídos pela oferta de mão-de-obra. Esse crescimento populacional acontece de forma desordena e não é acompanhado pelo avanço da infraestrutura básica de serviços como saneamento, saúde e educação. Este quadro tende a agravar ainda mais as desigualdades sociais da região, sobretudo após o fim das obras, quando cessarem os investimentos públicos e a oferta de trabalho.

A nova dinâmica de crescimento da região amazônica não atende aos interesses da população local que sofre com a falta de investimentos públicos em serviços básicos

como saúde e educação. Mesmo que em um primeiro momento estas populações vejam a construção das usinas como a salvação para seus problemas, podemos constatar que começam a surgir preocupações com futuro após a conclusão das obras.

Os impactos ambientais serão percebidos ao longo dos anos, com o aumento do desmatamento, redução de espécies da fauna e da flora. O avanço das lavouras de soja e da agropecuária deve redefinir a lógica de ocupação da terra, do solo, e a dinâmica econômica e demográfica desta região, além de contribuir para a poluição das águas com o uso de fertilizantes e agrotóxicos.

Com grande diversidade natural, social, econômica, cultural e tecnológica, a região amazônica passa por um acelerado processo de diversificação de suas atividades. A atração de novos negócios, a partir da geração de energia e da ampliação da hidrovia, deve transformar o perfil produtivo da região com o aumento da exploração de recursos minerais a partir da instalação de siderúrgicas e mineradoras atraídas pela riqueza do subsolo e pela abundância de energia. Por fim, entendemos que a construção de grandes empreendimentos de infraestrutura na Amazônia deixará a região à mercê dos interesses do mercado e do capital transnacional.

8. DETALHAMENTO DA REPORTAGEM

Pauta I - IIRSA

Hipótese: A implementação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) contribui para o aprofundamento do processo de recolonização em curso na América Latina. A infraestrutura planejada pela IIRSA tem como objetivo facilitar a exploração de recursos naturais estratégicos da região, fundamentais para as economias imperialistas.

Briefing

Quem: a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

O que: promove o desenvolvimento de infraestrutura de transportes, comunicação e geração de energia.

Quando: nos último dez anos.

Onde: países da América Latina.

Por que: a IIRSA foi planeja de forma a dinamizar os acordos comerciais firmados entre os países da região e os Estados Unidos, União Europeia, China.

Como: por meio da implementação da infraestrutura logística necessária para facilitar o acesso a recursos naturais estratégicos.

Consequências: o aprofundamento do processo de recolonização em curso na América Latina e a reprimarização das economias de países da região.

Fontes: Luiz Fernando Novoa, Professor da Universidade Federal de Rondônia, dados obtidos no site da IIRSA, material bibliográfico consultado.

Iconografia: mapas temáticos da IIRSA.

Pauta II – Complexo do Rio Madeira

Hipótese: a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira deve transformar o perfil produtivo da região amazônica com o aumento da exploração de recursos humanos e naturais

Briefing

Quem: o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.

O que: aprofundamento da exploração dos recursos da Amazônia.

Quando: desde o início da construção do empreendimento.

Onde: região Amazônica

Por que: facilitar a atuação de empresas exportadoras de *commodities* e exploradoras de recursos minerais.

Como: por meio da geração de energia elétrica e da ampliação da hidrovia do rio Madeira.

Consequências: destruição do meio ambiente, aprofundamento das desigualdades sociais.

Fontes: representantes do MAB, moradores de Porto Velho.

Iconografia: fotos e mapas do Complexo do Rio Madeira.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ronaldo de; BASTOS, Wanderley Rodrigues. **Projeto da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.** Revista *T&C Amazônia*, Ano VIII, nº 18, p.69-74, I semestre 2010.
- AYERBE, Luis Fernando (org). **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- BASUALDO, Eduardo M. y ARCEO, Enrique (comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.** Buenos Aires: Clacso, 2006.
- BELLO, Lourdes Maria R. **Los TLC en la perspectiva de acumulación estadounidense - Visiones desde el Mercosur y el ALBA - 1a ed. -** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.
- BERNAL-MEZA, Raul; MASERA, Gustavo Alberto. **El Retorno del Regionalismo: aspectos políticos y económicos em los procesos de integración internacional.** *Cadernos PROLAM/USP* ano 8, vol. 1, p. 173 - 198. São Paulo: 2008.
- Bouguerra, Mohamed Larbi. **As Batalhas da Água: por um bem comum da humanidade.** Editora Vozes, 2003.
- CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación – Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA).** 1º ed. Buenos Aires: 2007.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. Revista Política Ambiental. **Implicações da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana e projetos correlacionados na política de conservação no Brasil.** ONG Conservação Internacional: n.3 maio, 2007.
- FURNAS, 2003. 1º Seminário Internacional de Co-financiamento do BNDES/CAF Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_20.pdf. Acesso em: 5 de novembro de 2011.
- GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação.** São Paulo: Arte & Ciência: 2004.


- HORST, López Grebe. **América Latina en los escenarios de la globalización.** Umbrales: CLACSO, março de 2008.
- IBAMA. **Parecer técnico n. 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.** Brasília, 21 de março de 2007.
- INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- IIRSA. **Agenda de Implementação Consensoada de 2005-2010.** Disponível em: <http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/A/agenda_implementacion_consensuada/agenda_implementacion_consensuada.asp?CodIdioma=ESP> Acesso em: 22/10/2010.
- IIRSA. **Plan de Acción para la Integración de la Infraestructura Regional em América del Sur. Una propuesta.** s/n Disponível em: <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/plan_de_accion_para_integracion_infraestructura_regional%20en%20am%C3%A9rica%20del%20sur.pdf>. Acesso em: 22/04/2010.
- LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro. Record: 20002.
- LAZZARINI, Sérgio Giovanetti e FILHO, Paulo Faveret. **Grupo Maggi: financiando um novo corredor de exportação.**
- LEMOS, Amália Inés G.; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; LUCHIARI, Ailton (org.). **América Latina: sociedade e meio ambiente.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** Rio de Janeiro. Editora 34: 1993.
- LOPES, Dirceu e PROENÇA, José Luiz, (org.). **Jornalismo Investigativo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para jornalistas. Biblioteca on line de ciências da comunicação.** 2009. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=machado-elias-ciberespaco-jornalistas.html. Acesso em 16/10/11.
- MEIRELLES, Emanuel Pontes. **O Complexo do Rio Madeira e a violação direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.** In Os impactos dos grandes projetos e a violação dos Dhesca – Estudo de caso PAD Brasil. Rio de Janeiro. Brasil: 2009.

- Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens. **Dossiê sobre a ditadura contra as populações atingidas por barragens e o aumento da pobreza no Brasil.** Disponível em: < http://www.social.org.br/denuncias_1.htm > Acesso em: 15 de setembro de 2011.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. **Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul.** Disponível em: < <http://www.oei.es/oeivirt/cimeira2.htm> > Acesso em 15/10/2010.
- QUEIROGA, Antônio. **Um futuro para o Jornalismo: as técnicas da notícia.** Comunicação apresentada no VII Fórum de Professores de Jornalismo. Florianópolis: 2004.
- SEOANI, José; TADEEI, Emilio, ALGRANATI, Clara. **Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos.** Buenos Aires: Grupo de Estudos sobre America Latina (GEAL), 2010.
- SILVA, Eliezer Batista da. **Infrastructure for Sustainable Developmentan Integration of South America.** Report to BCSD-LA, CAF, CVRD, Bank of America, CAEMI. Agosto 1996.
- TRASEL, Marcelo. **A apuração distribuída como técnica do webjornalismo participativo.** Publicado no VII Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo. Universidade de São Paulo (USP), novembro de 2009.
- VITTE, Claudete de Castro Silva. **Infra-Estrutura produtiva e regulação estatal: os impactos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana) sobre o território brasileiro.** Campinas: CNPq (processo 400505/2006-1, Modalidade APQ, Edital MCT/CNPq 61/2005).
- ZAGALLO, José Guilherme Carvalho e LISBOA, Marijane Vieira. **Violações dos direitos humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira – Relatório nacional para o direito humano ao meio ambiente.** Plataforma Dehesca Brasil: Abril, 2008.
- ZAGALLO, José Guilherme Carvalho e LISBOA, Marijane Vieira. **Violações dos direitos humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira – Relatório preliminar de missão de monitoramento.** Plataforma Dehesca Brasil: Abril, 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha do Complexo do Rio Madeira

FICHA DEL PROYECTO

NOMBRE COMPLEJO HIDROELÉCTRICO DEL RÍO MADEIRA (HIDROELÉCTRICA SANTO ANTONIO E HIDROELÉCTRICA JIRAU)			
PBB16	EJE	PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	GRUPO G03: G3 - CORREDOR FLUVIAL MADEIRA - MADRE DE DIOS - BENI
SECTOR	Energía	SUBSECTOR Generación Energética	
TIPO DE OBRA		Hidroeléctricas (nuevas y adecuación) - microcentrales	
IMPLEMENTACION POR COMPONENTES / TRAMOS		NO	
ANCLA	NO	ES A.I.C.	NO
FINANCIAMIENTO			
TIPO DE FINANCIAMIENTO	Público/Privado		
FUENTE	INVERSION (EN US\$)	ESTADO DEL FINANCIAMIENTO	
TESORO NACIONAL	12.746.000.000	En Ejecución	
PRIVADOS	5.463.000.000	En Ejecución	
INVERSION TOTAL EN US\$	18.209.000.000		
OBJETIVO			
Instalação de Hidrelétricas nos aproveitamentos do Rio Madeira, visando gerar energia para a região e para o sistema interligado brasileiro.			
SOLUCION			
Instalação de duas usinas brasileiras:			
- UHE Santo Antônio			
Capacidade instalada: 3.150 MW			
Garantía Física: 2.218 MWmédios			
- UHE Jirau			
Capacidade instalada: 3.450 MW			
Garantía física: 2.045,7 MWmédios			
SITUACION BRASIL			
Em construção.			
COMENTARIO			
O valor total do investimento previsto para a UHE Santo Antônio é de R\$ 16,0 bilhões, com financiamento pelo BNDES e de um consórcio de bancos privados.			
O valor total do investimento previsto para a UHE Jirau é de R\$ 13,1 bilhões, com financiamento pelo BNDES e o restante de recursos próprios (aportes de capital + geração de caixa do próprio projeto).			
Obs: Foi considerada a taxa de conversão aproximada de R\$ 1,60 para US\$ 1,00, bem como financiamento de 70% da obra (equity de 30%).			
		PAISES	BRASIL
		AMBITO	NACIONAL
ETAPA DEL PROYECTO		EJECUCION	
COORDINADOR NACIONAL BRASIL			
NOMBRE	MARIA LÚCIA FALCÓN		
EMAIL	lucia.falcon@planejamento.gov.br		
TELEFONO	+55 (61) 3429-4929/4		
INSTITUCION	Ministerio de Planejamento		
LICENCIA AMBIENTAL	SI		
ESTUDIO/S COMPLETOS	SI		
MONTO DE LOS ESTUDIOS EN US\$			
FUENTE DE FINANCIAMIENTO DE LOS ESTUDIOS			
RESPONSABLE ULTIMA MODIFICACION BRASIL			
NOMBRE	Gustavo Santos		
EMAIL	gustavo.masili@mme.gov.br		
TELEFONO	(5255) 3686-5100		
FECHA MODIF.	07/06/2011 15:38:23		

Anexo 2 – Fichas das Linhas de Transmissão das Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio

FICHA DEL PROYECTO

NOMBRE LINHA DE TRANSMISSÃO ENTRE AS DUAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA E O SISTEMA CENTRAL			
PBB18	EJE	PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	GRUPO G03: G3 - CORREDOR FLUVIAL MADEIRA - MADRE DE DIOS - BENI
SECTOR	Energía	SUBSECTOR	Interconexión Energética
			
TIPO DE OBRA	Construcción de nuevas interconexiones energéticas		
IMPLEMENTACION POR COMPONENTES / TRAMOS	NO		
ANCLA	NO	ES A.I.C.	NO
FINANCIAMIENTO			
TIPO DE FINANCIAMIENTO	Público/Privado		
FUENTE	INVERSION (EN US\$)	ESTADO DEL FINANCIAMIENTO	
TESORO NACIONAL	3.159.000.000	En Ejecución	
PRIVADOS	1.354.000.000	En Ejecución	
INVERSION TOTAL EN US\$	4.513.000.000		
OBJETIVO			
Interligar os empreendimentos do rio Madeira (UHes Santo Antonio e Jirau) ao Sistema Interligado Nacional - SIN.			
SOLUCION			
Construção de:			
- Subestação em Araraquara: Construção da SE Araraquara e da LT 500 kV Araraquara / Araraquara(Fumas) e da LT 440 kV Araraquara / Araraquara(CTEEP)			
- Circuito 1: Construção das conversoras CA-CC e CC- CA (1ª etapa) e da LT 600 kV SE Coletora Porto Velho - Araraquara II C.1			
- Circuito 2: Construção das conversoras CA-CC e CC- CA (2ª etapa) e da LT 600 kV SE Coletora Porto Velho - Araraquara II C.2.			
- Subestação Coletora de Porto Velho: Construção da LT 230 kV Coletora Porto Velho – Porto Velho e 2 estações conversoras CA-CC-CA 500/230 kV			
- Linha de Transmissão Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde: Construção da LT 500 kV Cuiabá/Ribeirãozinho/Rio Verde			
SITUACION BRASIL			
Em construção.			
COMENTARIO			
Investimentos:			
- Subestação em Araraquara: R\$ 237,9 milhões			
- Circuito 1: R\$ 3.354,2 milhões			
- Circuito 2: R\$ 2.755,1 milhões			
- Subestação Coletora de Porto Velho: R\$ 500,0 milhões			
- Linha de Transmissão Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde: R\$ 373,98 milhões			
Investimento Total: R\$ 7.221,18			
Obs: Foi considerada a taxa de conversão aproximada de R\$ 1,60 para US\$ 1,00, bem como financiamento de 70% da obra (equity de 30%).			
COORDINADOR NACIONAL BRASIL			
NOMBRE	MARIA LÚCIA FALCÓN		
EMAIL	lucia.falcon@planejamento.gov.br		
TELEFONO	+55 (61) 3429-4929/4		
INSTITUCION	Ministerio de Planejamento		
LICENCIA AMBIENTAL	SI		
ESTUDIO/S COMPLETOS	SI		
MONTO DE LOS ESTUDIOS EN US\$			
FUENTE DE FINANCIAMIENTO DE LOS ESTUDIOS			
RESPONSABLE ULTIMA MODIFICACION BRASIL			
NOMBRE	Gustavo Santos		
EMAIL	gustavo.masili@mme.gov.br		
TELEFONO	(5255) 3686-5100		
FECHA MODIF.	25/02/2010 11:07:06		

Anexo 3 – Obras da IIRSA no Brasil

Eje	Nombre Proyecto	Monto (em US)
CAPRICORNIO	NUEVO PUENTE PUERTO PRESIDENTE FRANCO - PORTO MEIRA, CON CENTRO DE FRONTERA PARAGUAY – BRASIL	\$ 80.000.000,00
CAPRICORNIO	DRAGADO EN EL PUERTO DE PARANAGUÁ	\$ 63.500.000,00
CAPRICORNIO	CONCLUSIÓN DEL ANILLO VIAL DE CURITIBA	\$ 75.000.000,00
CAPRICORNIO	CONSTRUCCIÓN DEL ANILLO FERROVIARIO DE CURITIBA	\$ 250.000.000,00
CAPRICORNIO	CORREDOR FERROVIARIO BIOCEÁNICO TRAMO CASCAVEL - FOZ DO IGUAÇU	\$ -
CAPRICORNIO	PUENTE FERROVIARIO CON PATIO DE CARGAS (CIUDAD DEL ESTE - FOZ DO IGUAÇU)	\$ 70.000.000,00
CAPRICORNIO	CORREDOR FERROVIARIO BIOCEÁNICO TRAMO PARANAGUÁ - CASCAVEL Y VARIANTE FERROVIARIA ENTRE GUARAPUAVA E INGEN. BLEY	\$ -
CAPRICORNIO	LÍNEA DE TRANSMISIÓN 500 KV (ITAIPÚ - ASUNCIÓN)	\$ 125.000.000,00
CAPRICORNIO	CONSTRUCCIÓN DE LA FERROVÍA CASCAVEL - GUAIRA - DOURADOS – MARACAJÚ	\$ -
CAPRICORNIO	SISTEMA DE PREDICCIÓN DE NIVELES EN EL RÍO PARAGUAY (APA - AGUAS ARRIBA)	\$ 1.500.000,00
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	MEJORAMIENTO DE LA NAVEGABILIDAD DEL RÍO PARAGUAY ENTRE APA Y CORUMBÁ (*)	\$ 4.300.000,00
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	FERROVÍA ENTRE GUAÍRA Y CIANORTE	\$ 300.000.000,00
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	MEJORAMIENTO DE LA NAVEGABILIDAD DEL RÍO TIETÉ	\$ 550.000.000,00
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	BR-277: SANTA TEREZINHA DE ITAIPÚ – CASCAVEL	\$ -
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	SP-270: OURINHOS - PRESIDENTE EPITÁCIO	\$ 900.000.000,00
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	PROYECTO BINACIONAL TRANSPOSICIÓN DE ITAIPÚ	\$ -
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	PROYECTO BINACIONAL MEJORAMIENTO DE LA NAVEGABILIDAD EN EL LAGO ITAIPÚ	\$ -
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	SISTEMA DE PREDICCIÓN DE NIVELES EN EL RÍO PARAGUAY (APA - ASUNCIÓN)	\$ -
HIDROVÍA PARAGUAY-PARANÁ	MEJORAMIENTO DE LA NAVEGABILIDAD DEL RÍO ALTO PARANÁ (AGUAS ARRIBA SALTOS DEL GUAIRÁ) (*)	\$ 70.000.000,00
AMAZONAS	INTERCONEXIÓN FERROVIARIA VIAL PUCALLPA - CRUZEIRO DO SUL	\$ -
AMAZONAS	CARRETERA CUIABÁ – SANTARÉM	\$ 700.000.000,00
AMAZONAS	PROGRAMA DE MANEJO AMBIENTAL Y TERRITORIAL (RUTA CUIABÁ - SANTARÉM)	\$ 12.000.000,00
AMAZONAS	PUERTO DE SANTARÉM Y TERMINAL DE CARGAS DE ITAITUBA	\$ 2.220.000,00
AMAZONAS	MEJORAMIENTO DE LA NAVEGABILIDAD DEL SISTEMA SOLIMÕES - AMAZONAS	\$ 1.000.000,00
AMAZONAS	MEJORAMIENTO DE LA NAVEGABILIDAD DEL RÍO IÇÁ	\$ 8.000.000,00
AMAZONAS	CONEXIÓN VIAL RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL	\$ 400.000.000,00
AMAZONAS	RED DE TERMINALES FLUVIALES EN LA AMAZONÍA	\$ 200.000.000,00
AMAZONAS	PROYECTO DE ELECTRIFICACIÓN: PEQUEÑA CENTRAL HIDROELÉCTRICA (PCH) LETICIA E INTERCONEXIÓN LETICIA – TABATINGA	\$ -
AMAZONAS	FERROCARRIL DE INTEGRACIÓN: TRAMO VILHENA - PORTO VELHO - RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL	\$ -
ESCUDO GUAYANÉS	REHABILITACIÓN DE LA CARRETERA CARACAS - MANAOS	\$ 480.000.000,00
ESCUDO GUAYANÉS	EXPANSIÓN DE LA ACTUAL LÍNEA DE TRANSMISIÓN DE GURI - BOA VISTA (*)	\$ 3.000.000,00
ESCUDO GUAYANÉS	LÍNEAS DE FIBRA ÓPTICA U OTRA TECNOLOGÍA APROPIADA QUE INTERCONECTE CARACAS AL NORTE DE BRASIL	\$ -

ESCUDO GUAYANÉS	RUTA BOA VISTA - BONFIM - LETHEM - LINDEN – GEORGETOWN	\$ 250.000.000,00
ESCUDO GUAYANÉS	PUENTE SOBRE EL RÍO ARRAYA	\$ 1.500.000,00
ESCUDO GUAYANÉS	PUENTE SOBRE EL RÍO TAKUTU	\$ 10.000.000,00
ESCUDO GUAYANÉS	MEJORAMIENTO DE LA CARRETERA GEORGETOWN - ALBINA; CARRETERA DE MACAPÁ A OYAPOCK: TRAMO FERREIRA GOMES – OYAPOCK	\$ 295.000.000,00
ESCUDO GUAYANÉS	PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RÍO OYAPOCK	\$ 60.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	PASO DE FRONTERA CARMELO PERALTA - PORTO MURTINHO	\$ -
INTEROCEÁNICO CENTRAL	ANILLO FERROVIARIO DE SAN PABLO	\$ -
INTEROCEÁNICO CENTRAL	CONTORNO FERROVIARIO DE CAMPO GRANDE	\$ 31.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	CIRCUNVALACIÓN VIAL DE CAMPO GRANDE	\$ 15.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	CIRCUNVALACIÓN VIAL DE CORUMBÁ	\$ 8.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	ARCO VIAL DE RIO DE JANEIRO Y ACCESO VIAL AL PUERTO DE ITAGUAÍ	\$ 614.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	MEJORAMIENTO DEL TRAMO FERROVIARIO BAURU - SANTOS (SP)	\$ -
INTEROCEÁNICO CENTRAL	MEJORAMIENTO DEL TRAMO FERROVIARIO CAMPO GRANDE (MS) - BAURU (SP)	\$ -
INTEROCEÁNICO CENTRAL	CONSTRUCCIÓN DE LAS AVENIDAS PERIMETRALES DEL PUERTO DE SANTOS Y DRAGADO	\$ 178.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	MEJORAMIENTO DEL TRAMO FERROVIARIO CORUMBÁ - CAMPO GRANDE (FERROVÍA DEL PANTANAL)	\$ 70.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	PASO DE FRONTERA PUERTO SUÁREZ – CORUMBÁ	\$ 2.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	PASO DE FRONTERA SAN MATÍAS - CÁCERES (PORTO LIMÃO)	\$ 2.000.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	PAVIMENTACIÓN PORTO LIMÃO - FRONTERA CON BOLIVIA (SAN MATÍAS)	\$ 14.255.000,00
INTEROCEÁNICO CENTRAL	CONSTRUCCIÓN DEL PUENTE CARMELO PERALTA - PORTO MURTINHO	\$ 150.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	CONCLUSIÓN DE LA DUPLICACIÓN DEL TRAMO VIAL BELO HORIZONTE - SAN PABLO	\$ 1.300.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	ADECUACIÓN DEL TRAMO NAVEGANTES - RIO DO SUL	\$ 400.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	AMPLIACIÓN DEL AEROPUERTO DE CAMPINAS	\$ 1.189.950.000,00
MERCOSUR-CHILE	AMPLIACIÓN DEL AEROPUERTO DE GUARULHOS	\$ 956.880.000,00
MERCOSUR-CHILE	AMPLIACIÓN DE LA INFRAESTRUCTURA DEL PUERTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL (CONSTRUCCIÓN DEL MUELLE 401A, RECUPERACIÓN DE LOS MUELLES 101,102, 103 Y 201 Y DRAGADO DEL PUERTO)	\$ 133.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	MEJORAMIENTO DE LA INFRAESTRUCTURA DEL PUERTO DE ITAJAÍ, SC (RECUPERACIÓN DEL MUELLE NORTE Y DRAGADO)	\$ 11.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	CONSTRUCCIÓN ANILLO VIAL NORTE DE REGIÓN METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (BR-381 / MG ADECUACIÓN)	\$ 140.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	CONCLUSIÓN DE LA DUPLICACIÓN DEL TRAMO SAN PABLO - CURITIBA	\$ 165.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	CONSTRUCCIÓN DEL ANILLO VIAL SAN PABLO (TRAMO SUR)	\$ 2.700.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	CONSTRUCCIÓN Y PAVIMENTACIÓN DE LA RUTA BR-282 / SC FLORIANÓPOLIS - FRONTERA CON ARGENTINA	\$ 100.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	CONSTRUCCIÓN DEL TRAMO SANTA MARÍA - ROSARIO DO SUL (BR-158 / RS)	\$ 30.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	DUPLICACIÓN DEL TRAMO PALHOÇA - OSORIO (BR-101 / SC / RS)	\$ 700.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	NUEVOS PUENTES ARGENTINA - BRASIL (RÍO URUGUAY)	\$ 500.000,00
MERCOSUR-CHILE	RECUPERACIÓN DE PORTO ALEGRE - URUGUAIANA (BR-290 / RS)	\$ 45.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	ADECUACIÓN DEL TRAMO RÍO GRANDE - PELOTAS (BR-392 / RS)	\$ 400.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	AMPLIACIÓN DE LOS MUELLES DEL PUERTO DE RÍO GRANDE	\$ 375.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	CONSTRUCCIÓN DEL PUENTE INTERNACIONAL JAGUARÃO - RÍO BRANCO	\$ 65.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	SISTEMA DE ITAIPÚ (EXISTENTE)	\$ 16.000.000.000,00

MERCOSUR-CHILE	CONSTRUCCIÓN DE PLANTA HIDROELÉCTRICA DE GARABÍ	\$ 2.728.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	GASODUCTO ALDEA BRASILEÑA (ARGENTINA) - URUGUAIANA - PORTO ALEGRE	\$ 510.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	LÍNEA DE TRANSMISIÓN ITAIPÚ - LONDRINA – ARARAQUARA	\$ 149.144.214,00
MERCOSUR-CHILE	TRANSPORTE MULTIMODAL EN SISTEMA LAGUNA MERÍN Y LAGOA DOS PATOS	\$ 100.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	ADECUACIÓN FERROVIARIA DE TROCHA BRASILEÑA RIVERA - SANTANA DO LIVRAMENTO – CACEQUI	\$ 96.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	INTERCONEXIÓN ELÉCTRICA ENTRE URUGUAY Y BRASIL	\$ 349.000.000,00
MERCOSUR-CHILE	NUEVO PUENTE INTERNACIONAL SOBRE EL RÍO PEPÍRI GUAZU, ENTRE PARAISO (BRASIL) Y SAN PEDRO (ARGENTINA)	\$ -
MERCOSUR-CHILE	CONSTRUCCIÓN DEL ANILLO VIAL DE SAN PABLO (TRAMO NORTE)	\$ 3.180.500.000,00
MERCOSUR-CHILE	CONSTRUCCIÓN DE LA PLANTA HIDROELÉCTRICA DE PANAMBÍ	\$ 2.474.000.000,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	PASO DE FRONTERA Y CONSTRUCCIÓN DEL CENTRO BINACIONAL DE ATENCIÓN DE FRONTERA (CEBAF) PERÚ – BRASIL	\$ 8.293.930,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	PUENTE SOBRE EL RÍO ACRE	\$ 12.000.000,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	NAVEGACIÓN DEL RÍO MADEIRA ENTRE PORTO VELHO Y GUAJARÁ-MIRIM	\$ 700.000.000,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	COMPLEJO HIDROELÉCTRICO DEL RÍO MADEIRA (HIDROELÉCTRICA SANTO ANTONIO E HIDROELÉCTRICA JIRAU)	\$ 18.209.000.000,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	HIDROELÉCTRICA BINACIONAL BOLIVIA – BRASIL	\$ 2.000.000.000,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	LÍNEA DE TRANSMISIÓN ENTRE LAS DOS CENTRALES HIDROELÉCTRICAS DEL RÍO MADEIRA Y EL SISTEMA CENTRAL	\$ 4.513.000.000,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	PUENTE BINACIONAL SOBRE EL RÍO MAMORÉ ENTRE GUAYARAMERÍN Y GUAJARÁ-MIRIM	\$ 75.000.000,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	PUENTE SOBRE EL RÍO MADEIRA EN ABUNA (BR-364/RO)	\$ 119.000.000,00
PERÚ-BRASIL-BOLIVIA	PUENTE IGARAPÉ RAPIRAN (PLÁCIDO DE CASTRO Y MONTEVIDEO)	\$ -
TOTAL DE INVERSIONES	PREVISTOS EM OBRAS NO BRASIL ATÉ OUTUBRO DE 2011	\$ 5.930.543.144,00

Anexo 4 – Entrevistas

Entrevista 1: Sérgio Pires: jornalista, há oito anos, é colunista no jornal *Folha De Rondônia* e apresenta o programa semanal *Candelária Debate*, na TV Candelária/Record, há 12 anos. Foi diretor de comunicação do Governo do Estado por dois anos. Em 2010, pelos serviços prestados a Rondônia, recebeu a Medalha Marechal Rondon, a mais alta condecoração concedida pelo Estado.

1. Qual sua opinião sobre a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira?

Sérgio - Considero que a geração de energia elétrica em usinas como as de Santo Antônio e Jirau é um viés fundamental para o país. Não há nada viável economicamente, ao menos por enquanto, que a energia gerada em hidrelétricas. Energia limpa e sem riscos. A opção da geração de centrais nucleares para abastecer as cidades traz consigo todos os perigos que todos conhecemos e a um custo inviável. Em um país com as dimensões do Brasil, com o crescimento da população e o aumento do consumo de energia também graças à inclusão social, se não houver pesados investimentos nesta área, corremos o risco de não termos como manter nossos avanços

pelo desabastecimento. Então, resumindo, sou totalmente a favor da construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.

2. Quais os benefícios que a construção das usinas hidrelétricas trará à cidade de Porto Velho e ao Estado de Rondônia?

Sérgio – Num investimento deste porte, de mais de 28 bilhões de dólares (incluindo as linhas de transmissão), é claro que o primeiro benefício para Porto Velho e para Rondônia é o econômico. Estado periférico do país, conhecido apenas pela saga da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, pela corrida do ouro no rio Madeira nos anos 70 e por notícias negativas de violência e de destruição da floresta, Rondônia começou uma nova vida, desde que as obras iniciaram. A geração de mais de 35 mil empregos diretos e indiretos; o aumento da população da Capital em mais de 100 mil habitantes só nos últimos três anos; o crescimento da economia acima dos níveis chineses; tudo isso pode se enumerar entre os benefícios trazidos pelas duas obras gigantes.

Afora isso, vale salientar, contudo, alguns dados sobre Rondônia que o Brasil desconhece. Exemplos: temos o oitavo maior rebanho de gado bovino do País, com cerca de 12 milhões de cabeças; temos a carne-verde, ou seja, de gado criado apenas na pastagem, considerada a de melhor qualidade do Brasil; somos um dos maiores produtores de soja da região norte e do país; temos uma história rica da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, uma saga que se transformou inclusive em minissérie de TV; estamos exatamente no coração da Amazônia e, com a ligação rodoviária com o Pacífico, Rondônia começa a se tornar um mercado exportador e de passagem de exportações para a Ásia, via Oceano Pacífico.

3. E quais os malefícios?

Sérgio – Quase tantos quanto os benefícios. De uma cidade pacata, incrustada na floresta e com o dia a dia quase rotineiro, para o bem ou para o mal, de uma hora para outra, a cidade de Porto Velho “explodiu”. Até shopping center, que antes não havia, foi construído em menos de um ano, e é gigantesco para os padrões locais. A população da capital saltou de pouco mais de 300 mil habitantes para mais de 420 mil. Há quatro anos atrás, haviam 60 mil veículos em Porto Velho, hoje, existem 180 mil. O crescimento no número de motos também superou os 300% no mesmo período. Resultado disso: um dos trânsitos mais violentos do país, com mais de 5 mil acidentes só em 2010 e dezenas de mortes.

A cidade já não tinha infraestrutura. Muito pouco. O abastecimento de água tratada não chegava a 50% da população, a coleta de esgoto atendia apenas 2%, e ainda assim numa área muito localizada no centro da cidade. Só agora, com as chamadas compensações (que abordarei a seguir), é que começa a surgir uma luz no fim do túnel nestes quesitos.

Além disso, aumentou a destruição da floresta, o que é negativo. As próprias obras mudaram a paisagem, desviaram o curso do rio Madeira e influenciando diretamente em

perdas ambientais. Tribos indígenas também foram prejudicadas. Mas mesmo com tudo isso, com riscos, malefícios causados pelo “boom” das usinas, o balanço ainda é positivo se pensarmos em Rondônia como um todo e na energia gerada, que vai abastecer as casas de mais de 20 milhões de brasileiros país a fora, principalmente do centro sul.

4. Em sua opinião, como os consórcios responsáveis pelas obras estão agindo em relação aos supostos danos causados pela construção das usinas?

Sérgio – Teoricamente, estão fazendo o possível, desde que economicamente viável. Foram investimentos milhões de reais na recuperação de áreas degradadas e na preservação das centenas de espécimes de peixes, enfim, houve sim um esforço nesse sentido. Mas, é claro, há perdas da natureza que jamais serão recuperadas.

5. Qual a sua opinião sobre os programas de compensação? Eles realmente funcionam?

Sérgio – Na maioria dos casos sim. Discute-se ainda se as compensações não deveriam ser maiores, mas no geral os consórcios cumpriram o que foi acertado. O problema é daí para a frente. Num país onde a gestão pública é uma arremedo, onde a corrupção transformou-se em lei, é claro que muito do dinheiro investido não chegará ao seu destino final. Mas houve sim melhores em algumas áreas. Até porque o governo federal entrou na jogada e encheu Rondônia de dinheiro. Por exemplo, dentro do PAC, já foram liberados recursos para implantação do sistema de abastecimento de água em 100% da capital e outras cidades rondonienses. Em Porto Velho, as obras da água estão paradas há quase um ano, por falta de projetos e suspeita de superfaturamento pelo Tribunal de Contas. Agora, houve autorização para recomençar. Mas o projeto, que previa atender toda a cidade em dois anos, não ficará pronto antes de quatro, por causa dessas maracutaiais e da sem-vergonhice oficial que se espalham pelo país.

O dinheiro da União também foi destinado para implantação de 100% de sistema de tratamento de esgoto em Porto Velho. É claro que tudo está parado por falta de projeto, por suspeita de superfaturamento e toda essa catilinária que a gente já conhece. Não se sabe quando as obras recomençarão.

Também estão em construção seis viadutos sobre a BR 364, ligando os dois lados da cidade, que cresce cada vez mais. As obras pararam por mais de um ano devido a problemas no projeto, desistência da empresa que ganhou a concorrência e por suspeita de superfaturamento.

Para encerrar: sim, os programas de compensações funcionam, quando o dinheiro liberado chega lá na ponta. Já houve avanços em termos de obras, asfaltamento, construção de estradas e escolas, construção de casas populares, melhorias na saúde

pública. Mas com o volume de dinheiro liberado, fosse num país sério e decente, certamente os resultados seriam maiores do que os alcançados até agora.

6. Você comentou que um dos benefícios da construção do Complexo Madeira é o crescimento econômico de Porto Velho. Como se dá este crescimento econômico, quais atividades foram ou serão estimuladas (agricultura, indústria, serviços)?

Sérgio - Com os vultosos investimentos nas usinas, cresceu tudo em torno das obras. Primeiro, foram as atividades ligadas a elas, incluindo novas indústrias, algumas delas até pesadas, produzindo aqui mesmo peças e equipamentos para Santo Antônio e Jirau. Já há empresas industriais atuando, como a IMA, Indústria Metalúrgica da Amazônia e outras em fase de negociação de áreas, início de construção de prédios, etc. O crescimento econômico se deu num todo. Com tanto dinheiro circulando, melhorou o comércio em geral, a construção civil nunca cresceu tanto, o setor de serviços importou de outras regiões dezenas de profissionais em diferentes áreas. O setor da agroindústria e produção primária, que já era destacado na economia de Rondônia, também cresceu neste contexto em que dinheiro tornou-se abundante. Toda a economia girou, com uma injeção financeira jamais vista na história do Estado.

7. Qual setor da economia mais se destaca neste quadro de crescimento?

Sérgio - O setor que mais cresceu foi o da construção civil. Com o crescimento da população da capital em mais de 100 mil pessoas, dezenas de empreendimentos habitacionais foram lançados, centenas de imóveis comercializados, a maioria ainda na planta. Porto Velho era uma cidade praticamente horizontal, mas nos últimos quatro anos surgiram pelo menos novos 100 edifícios, alguns deles com 10, 15, 20 andares, o que sempre foi totalmente incomum nos padrões daqui. Mas cresceu também o comércio em geral e alguns setores de serviços, antes carentes.

8. Dado o crescimento econômico da cidade, que tipo de emprego é gerado, com mais ou menos qualificação?

Sérgio - Os empregos gerados, em maior numero, foram, claro, nas obras das hidrelétricas. E são passageiros. Foram contratados milhares de operários de vários estados brasileiros. Na hidrelétrica de Santo Antônio, o consórcio priorizou a contratação do pessoal de Rondônia, a grande maioria sem qualquer preparo. Foi necessária a criação de uma estrutura de preparação de mão de obra especializada para adultos e jovens, com pesados investimentos de parte do consórcio. Em Jirau, deu-se preferência para trabalhadores de outros estados, o que se mostrou negativo, até pela destruição do canteiro de obras, como se viu em toda a imprensa. A maioria dos operários que vieram de outros estados não estavam satisfeitos com a estrutura que receberam. Os daqui saíam da obra e dormiam em casa. Por aí, dá para se perceber a diferença. A falta de mão de obra qualificada é, talvez, o mais grave problema em Rondônia, hoje. Em todos os setores da construção civil, há um grande despreparo dos

trabalhadores, ressalvadas as exceções de sempre. A falta de mão de obra qualificada tornou-se um grande risco para o novo momento de crescimento da capital e do Estado como um todo.

9. Como as atividades econômicas que cresceram neste período se articulam com as necessidades da população, não apenas no que diz respeito á geração de emprego, mas no atendimento de outras necessidades?

Sérgio - Há uma grande diferença entre a bolha de crescimento causada pelas usinas e a realidade do que se tornará Porto Velho e Rondônia. Começa-se a tratar do ensino profissionalizante e, terminadas as obras, cerca de 30 mil trabalhadores poderão ficar sem emprego. Fala-se que o próprio mercado absorverá uma parte e que outras obras de hidrelétricas na região também utilizarão alguns milhares de empregados, agora já com experiência em construções desse gênero. Mas um grande contingente ficará sem nada. Em relação à população, como um todo houve avanços como, por exemplo, o abastecimento de água tratada em 100% da Capital e principais comunidades do interior e as obras de tratamento de esgoto em Porto Velho, que hoje tem apenas uma pequena área atendida nesse quesito vital e existe uma pequena melhora no setor da saúde.

Prevê-se a "ressaca" pós-usinas. A falta de estrutura básica deve piorar, até porque a população cresceu muito mais do que se poderia esperar e a necessidade de serviços obviamente é muito maior do que a conseguida. Vai falta emprego, não haverá escolas para todas as crianças e, mesmo que se construam novos hospitais, a área de saúde ficará ainda com enorme deficiência.

Os mais otimistas acham que as usinas, no final das contas, trarão muito mais avanços que problemas. Os pessimistas defendem que Rondônia ficará apenas com os problemas pós usinas. Nem a energia que será gerada aqui, atenderá às necessidades do Estado. Vai abastecer milhões de residências, o comércio e a indústria das regiões mais ricas do país. Dentro de algum tempo, saberemos quem tem razão nestas previsões.

Entrevista 2 - Guilherme Zagallo – Advogado e relator da Plataforma Dhesca – Relator Nacional de Direitos Humanos na área de Meio Ambiente até setembro de 2011.

1. Como surgiram as denúncias de violação de direitos humanos nas obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira?

Guilherme - As primeiras denúncias foram encaminhadas em 2007, quando o Complexo estava na fase de licenciamento ambiental. Foi realizada uma missão de monitoramento em novembro de 2007 e divulgado o relatório em abril de 2008. Já naquela ocasião verificou-se a violação de direitos humanos.

2. Como a Dhesca avalia a resposta às ocorrências de violação levantadas pelos relatórios de 2008 e de 2011?

Guilherme - Infelizmente o relatório de 2011 chamou mais a atenção do Poder Público. Tivemos audiências com a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. Se o Poder Executivo tivesse avaliado corretamente as denúncias apresentadas ainda em 2008, talvez não tivéssemos as transgressões de direitos humanos registradas em 2011. O relatório foi apresentado também ao Ministério Público Federal, que inclusive utilizou os dados levantados em ação civil pública movida contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

3. Em sua avaliação, como os diferentes setores da sociedade de Porto Velho reagiram às denúncias?

Guilherme - Houve uma receptividade maior em 2011, em parte porque a revolta de Jirau causou um êxodo de milhares de trabalhadores para a cidade durante alguns dias, causando insegurança na população, embora os dados do sistema de segurança pública não indiquem um número maior de ocorrências policiais nesses dias. Além disso, a paralisação das obras por mais de 30 dias repercutiu muito na cidade. A revolta de Jirau acabou por modificar a percepção que parte da sociedade local tinha em relação a esses projetos, que eram apresentados como empreendimentos modelo.

4. Como a Dhesca avalia a postura do governo federal e dos respectivos ministérios frente às denúncias levantadas?

Guilherme - O Governo Federal tinha como foco de sua atuação restabelecer a construção das usinas. Foram realizadas uma série de reuniões, coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República, buscando uma mediação com os trabalhadores revoltosos no sentido de restabelecer a construção das usinas. Na época se cogitou numa revisão das normas referentes à construção de grandes empreendimentos, como a limitação e melhoria do padrão dos alojamentos, mas passada o momento inicial essas propostas não avançaram. Alguns setores do Governo tentaram mesmo manter a imagem dos empreendimentos como exemplos de sustentabilidade.

5. Como os consórcios responsáveis pelas obras reagiram às denúncias de violação dos direitos humanos?

Guilherme - Os consórcios ignoraram as denúncias. Desde o início a estratégia dos consórcios foi de criminalização dos trabalhadores, atribuindo a vândalos ou assaltantes a iniciativa do tumulto como forma de permitir a realização de furtos em caixas eletrônicos instalados nos empreendimentos. Só que além da revolta envolver milhares de trabalhadores, com o incêndio de 70 dos alojamentos, já havia ocorrido uma revolta de menor proporção em 2009 motivada pelas condições de trabalho desiguais e insatisfatórias. Mas é óbvio que há algum muito errado com empreendimentos que são

atuados 2.000 vezes pela fiscalização do Ministério do Trabalho pelo descumprimento da legislação trabalhista.

6. Os consócios Madeira Energia e Energia Sustentável do Brasil foram os vencedores dos leilões para construção das usinas. Ocorre a terceirização dos serviços? Isso é legal?

Guilherme - Infelizmente a terceirização é permitida em larga escala em nosso país, geralmente causando precarização das condições de trabalho. No caso concreto, a revolta ocorreu no canteiro de uma construtora contratada pelo consórcio, e que é sócia minoritária do consórcio que venceu o leilão.

7. Como a Dhesca avalia o programa de compensação dos danos causados a estas famílias?

Guilherme - Em relação às famílias reassentadas quase todas registram que tiveram uma alteração substancial no seu modo de vida, com redução da renda. Os pescadores foram removidos para uma área distante do rio, o que implica em longos deslocamentos para a realização de suas atividades. Os agricultores alegam que receberam áreas menores e com baixa fertilidade para suas atividades agrícolas. Todos reclamam do baixo valor das indenizações recebidas.

8. Quais setores da sociedade (entidades, forças políticas ou ideológicas) atuam a favor das obras? E quais são os argumentos usados?

Guilherme - O segmento empresarial local é francamente favorável à implantação dos empreendimentos, assim como o Executivo Federal e Estadual.

9. Quais setores da sociedade (entidades, forças políticas ou ideológicas) atuam contra as obras? E quais são os argumentos usados?

Guilherme - Contra as obras vimos o Movimento de Atingidos por Barragens, algumas associações de moradores reassentados, a Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, em face do conjunto de problemas já mencionados.

Não exatamente contra as obras, mas exigindo o cumprimento da legislação, percebemos uma ação firme do Ministério Público Federal e da Superintendência Regional do Trabalho, e em menor intensidade do Ministério Público Estadual e do Trabalho.

10. Em seus relatórios, a Dhesca questiona a necessidade da construção das duas usinas no rio Madeira. Por quê?

Guilherme - Rondônia não tem consumo elevado de energia. A energia que vai ser gerada pelos empreendimentos destina-se à região sudeste. A geração à essa distância vai gerar um custo adicional elevado e impactos socioambientais com a construção de longas linhas de transmissão.

11. A que se deve a necessidade de aceleração das obras por parte dos consórcios contratados?

Guilherme - Nas regras atuais de leilões de energia com data de início de operação realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica, se o empreendedor acelera a construção de seu empreendimento ele pode vender a energia antecipada no mercado livre, e não nos preços públicos fixados no leilão, aumentando sua rentabilidade. No caso presente as obras estavam antecipadas. Pode ser que essa antecipação tenha se dado à custa do descumprimento das normas legais de saúde e segurança do trabalho, expondo os trabalhadores a riscos.

12. Como a Dhesca avalia a postura do BNDES frente às denúncias de violação dos direitos humanos nas obras?

Guilherme - O BNDES esteve inspecionando os empreendimentos um mês antes da revolta. Isso permite inferir que os padrões de fiscalização do BNDES são insuficientes. Além disso, após a revolta o BNDES limita-se a afirmar que se o empreendimento está licenciado ambientalmente, não há motivos que o impeçam de financiar o empreendimento.

13. Como a Dhesca avalia as transformações econômicas que o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (incluindo a hidrovía) causará à Amazônia?

Guilherme - A forte migração causada pela construção dos empreendimentos e a retomada do padrão de construção de grandes hidrelétricas na Amazônica permitem afirmar que os empreendimentos terminarão por acelerar o processo de desmatamento e exploração desordenada da Amazônia. Na Plataforma há um grande temor que os empreendimentos semelhantes que estão em planejamento ou início de implantação acabem por repetir de forma ampliada a violação de direitos causadas pelos empreendimentos do Rio Madeira.

Entrevista 3: Fernando William Ka Heng Mo, 22 anos, estudante de engenharia florestal na UFSCAR e membro da ONG NAPRA – Núcleo de Apoio aos Ribeirinhos da Amazônia. Fernando esteve em Porto Velho em 2008, 2010 e 2011 nas comunidades de São Carlos (Jamari), Nazaré, Calãma, e na reserva extrativista do Cuniã, a norte e nordeste de Porto Velho, à jusante do Rio Madeira.

1. Quais as influências das obras das usinas sobre as comunidades visitadas?

Fernando - Um dos efeitos é que com o início das obras os moradores mais jovens das comunidades migram na esperança de trabalhar na construção das usinas e perderam a esperança de permanecer nas comunidades, migrando para Porto Velho.

2. Qual a opinião da NAPRA sobre a construção do Complexo Madeira?

Fernando - A NAPRA não se posiciona sobre a construção das usinas por sentir que não tem força de atuação. A atuação da ONG vai no sentido de ajudar a comunidade a conseguir compensação, dialogando com as empresas responsáveis pela compensação como a Amazônia Brasil e o Instituto pró natura (contratados pelo consórcio Santo Antônio), que implementa indústria de produtos não madeireiros (extração de castanha do Pará, babaçu, indústria de polpa de frutas)

3. Os programas de compensação de danos são atendem às necessidades da população?

Fernando - Os projetos de compensação não são plenamente implementados, como o Programa de Ação Ambiental. Os ribeirinhos estão desacreditados com o trabalho da Amazônia Brasil, que recebe a verba dos programas e não dá retorno às comunidades sobre os projetos, o processo não é claro, existe muita burocracia, pouca possibilidade de participação dos ribeirinhos, e pouco retorno para essas comunidades.

A NAPRA prefere não participar diretamente do programa de compensação por receio de se vincular ao Consórcio Santo Antônio Energia. ONG é independente e se articula com secretarias da saúde, educação e universidades.

Entrevista 4 - Francineide Costa, 47 anos, estudante da Academia de Direito 8º período.

1. Em sua opinião, como as obras do Complexo do Rio Madeira estão afetando a cidade de Porto Velho?

Francineide - Em tudo, existem as partes boas e ruins, boas porque circula dinheiro, ruins por causa do impacto ambiental que trás graves consequências, como o abandono da vila de Mutum pelos ribeirinhos que não se adaptaram a vida urbana e retornam a beira rio, deixando para trás os animais domésticos que estão morrendo de fome.

2. Quais setores da sociedade (entidades, forças políticas ou ideológicas) atuam a favor das obras? E quais são os argumentos usados?

Francineide - Forças Políticas de Interesse Nacional, vem do Executivo a necessidade de abastecer os grandes centros com a energia do Rio Madeira, sem pesar as consequências, porque não vivem aqui. Lembra da Marina Silva? pois é, o Executivo venceu, nós perdemos e a prova esta ai.

3. Quais setores da sociedade (entidades, forças políticas ou ideológicas) atuam contra as obras? E quais são os argumentos usados?

Francineide - Algumas ONG'S e ambientalistas como a minha professora de Direito Ambiental PHd neste tema, e sempre nos lembra que falta a população se manifestar, participar mais, exigir um EIA/RIMA mais aprofundado. Ela acredita que até mesmo os construtores das Usinas repelem a ideia de aumentar estes projetos como vem propondo a ANEEL, por causa dos riscos. A professora comenta que Porto Velho é o único lugar do mundo onde existe uma usina desta magnitude dentro da cidade. E com projetos de se estender a obra, e hora de agirmos.

4. Como a chegada dos imigrantes afeta a vida dos moradores de Porto Velho?

Francineide - Os imigrantes nos afetam de todas as formas, trazem doenças, o trânsito esta uma loucura, estacionamentos nem pensar, filas intermináveis em todo lugar, preços exorbitantes, saúde é um caos só, os hospitais não comportam tantos atendimentos, o que me causa espanto, pois na construção de UHE Samuel, a construtora Norberto Odebrecht construiu o Hospital João Paulo II exclusivamente para atender seus trabalhadores e muito antes do inicio das obras. E agora não vimos estas providências, porque? O Governador, que por sorte é médico, assinou projeto para construção de um novo Hospital mais vai levar tempo. Enquanto isso, ficamos a mercê das trágicas consequências destes fatores de risco iminente.

5. Em sua opinião, quais as principais consequências de crescimento desordenado da cidade?

Francineide - Já Vivenciamos isso, não faz muito tempo, com a retirada dos garimpos e fim das obras da Hidrelétrica de Samuel, os índices de desemprego dispararam, as consequências foi o aumento de furtos, homicídios e latrocínios. Lojistas amargando prejuízos incalculáveis, pois os imigrantes compravam em suas lojas à prazo, abasteciam caminhões e iam-se embora, sem já mais pensar em retornar pagar suas compras.

6. O Estado (governo federal, estadual ou municipal) realizou alguma obra de compensação na cidade – como escola, hospital, rede de saneamento básico?

Francineide - Sabemos dos dividendos (royalts) que estes órgão recebem, mas quem fiscaliza fora o MP? É só ligar a TV ao meio dia no Jornal de Rondônia "Fala Comunidade" para ver o estado de abandono em que se encontram os bairros de Porto Velho, não dá para acreditar, existem bairros que não tem absolutamente NADA como os da Zona Sul (eletronorte/Areia Branca) é um desespero a falta de senso público.

7. Em sua opinião, as obras das Usinas afetam a dinâmica de emprego e desemprego da cidade? Como isso ocorre?

Francineide - Mais ou menos como em São Paulo, quando os imigrantes acham que por ter empregos é um paraíso, não obstante é temporário, rápido concluem, rápido se vão.

8. Como você avalia o movimento reivindicatório realizado por parte dos trabalhadores da obra em abril deste ano?

Francineide - Eu não diria reivindicatório, porque o que queriam podia ser negociado. Mais parecia com ato de terrorismo mesmo. Injustificável. Porto Velho parou, as pessoas não saiam de casa, temendo a violência. Herança maldita deste tipo de desenvolvimento.